

# Juventude



**Caminhos da política de  
prevenção à violência contra a  
juventude negra no Brasil**



# Juventude



## **Caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil**

**Secretaria-Geral da Presidência da República**

**Secretaria Nacional de Juventude**

**Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**

Donato, Cássia Reis

Plano Juventude Viva – caminhos da política de prevenção à  
violência contra a juventude negra no Brasil

Total de folhas: 93 folhas

Coordenação: Fernanda de Carvalho Papa

Supervisão: Kathyana Dantas Machado Buonafina

Secretaria Nacional de Juventude/SNJ

Secretaria-Geral da Presidência da República/SG-PR



Esta obra é licenciada sob uma licença *Creative Commons* - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações. 4.0 Internacional.

## **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

### **Dilma Rousseff**

Presidenta da República

### **Michel Temer**

Vice-Presidente da República

## **SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

### **Gilberto Carvalho**

Ministro de Estado Chefe

### **Diogo de Sant'Ana**

Secretário-Executivo

## **SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE**

### **Severine Carmem Macedo**

Secretária Nacional de Juventude

## **EDITORIAL**

### **Coordenação científica e editorial**

Fernanda de Carvalho Papa, Kathyana Dantas Machado Buonafina, Larissa de Amorim Borges

### **Pesquisa e redação**

Cássia Reis Donato– consultora do Projeto de Cooperação Internacional BRA/012/18

### **Projeto gráfico, capa e diagramação**

Aline Magalhães Soares

---

Ficha Catalográfica

BRASIL.

Plano Juventude Viva – caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil/Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília. 2014.

93 p: 16,8 x 21 cm

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>POR QUE JUVENTUDE VIVA? .....</b>	<b>8</b>
<b>A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO JUVENTUDE VIVA .....</b>	<b>9</b>
<b>Em que contexto surgiu a proposta do Juventude Viva? .....</b>	<b>9</b>
<b>Princípios norteadores e objetivos do Plano Juventude Viva.....</b>	<b>15</b>
<b>Como o Plano foi elaborado? .....</b>	<b>19</b>
<b>Como o Plano Juventude Viva tomou forma? .....</b>	<b>22</b>
<b>Quais foram as formas de adesão ao Plano definidas até 2014?.....</b>	<b>32</b>
<b>Estratégias de implementação adotadas .....</b>	<b>34</b>
<b>O DESENVOLVIMENTO DO PLANO JUVENTUDE VIVA .....</b>	<b>38</b>
<b>Como políticas públicas vêm incorporando as perspectivas do Plano? .....</b>	<b>38</b>
<b>Como organismos de cooperação internacional vêm se articulando com o Juventude Viva? .....</b>	<b>47</b>
<b>Como tem sido o desenvolvimento do Plano nos territórios? .....</b>	<b>49</b>
<b>Como o Plano tem trabalhado com os dados e informações?.....</b>	<b>63</b>
<b>Como tem sido a relação com a Sociedade Civil Organizada? .....</b>	<b>74</b>
<b>PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O PLANO JUVENTUDE VIVA .....</b>	<b>76</b>
<b>Importantes alicerces foram criados .....</b>	<b>83</b>

## APRESENTAÇÃO

Registrar e relatar de forma sintética a história de criação e implementação da primeira etapa do Plano Juventude Viva é tarefa a que se propõe este documento. O Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, “nome completo” do Plano Juventude Viva, nasce como uma conquista de lutas históricas e contemporâneas da juventude negra brasileira, traduzida como prioridade número um nos processos da I Conferência Nacional de Juventude, em 2008, reforçado na segunda edição em 2011, e que encontrou na ação do governo federal, sob coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o compromisso para que o Estado comece a dar respostas ao problema do extermínio da juventude negra em nosso país.

Com o Plano Juventude Viva, esta dívida histórica passa a ser enfrentada em parceria com um conjunto de áreas do governo e parceiros da sociedade civil e da cooperação internacional, que atuam pela prevenção da violência, reconhecendo que a juventude negra é a maior vítima de homicídios em nosso país, o que demanda ação específica e urgente para a garantia de seu direito à vida.

Sensibilizar e construir ações concretas com instâncias governamentais nos âmbitos federal, estadual e municipal, dialogar e estabelecer compromissos com representantes do Legislativo e do Judiciário e produzir informação, dando visibilidade aos dados gritantes sobre homicídios contra jovens, que chegam a 30 mil por ano, para orientar ações nas políticas públicas e outras esferas do Estado, foram algumas das tarefas colocadas para esta primeira fase do Plano Juventude Viva.

Buscamos construir aqui esta narrativa, sem a pretensão de esgotar os detalhes e muitos capítulos desta história que conta com fundamental participação social e necessária coordenação entre diferentes áreas do governo. Destacamos as principais características e momentos importantes desta trajetória do Plano Juventude Viva, apontando avanços, desafios e perspectivas futuras.

Por este primeiro percurso percorrido, nosso agradecimento às equipes da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria-Geral da Presidência da República como um todo, às equipes da SEPPIR, ao Comitê Gestor Federal e respectivas equipes ministeriais e Conselhos Nacionais envolvidos com o Plano, aos gestores e gestoras estaduais e municipais que têm implementado a iniciativa país a fora, aos parceiros da Fiocruz e seus articuladores e articuladoras regionais, aos representantes legislativos e do Sistema de Justiça que têm atuado de maneira inédita em relação a esta agenda, às organizações da sociedade civil que cotidianamente se dedicam a fortalecer esta

demanda na esfera pública, com ações concretas e interlocução qualificada com o poder público, e em especial à juventude negra brasileira, a quem devemos esforços multiplicados e muito respeito pois a história de um grande país, só pode ser escrita com a sua juventude viva.

SEVERINE MACEDO

Secretária Nacional de Juventude

## **POR QUE JUVENTUDE VIVA?**

**O Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva é uma iniciativa do Governo Federal destinada a articular diferentes políticas e atores sociais no desenvolvimento de ações voltadas para a prevenção da violência<sup>1</sup> letal, que priva milhares de jovens negros do direito fundamental à vida.**

**As mortes de jovens negros vítimas de violências não são um problema recente no Brasil.** A articulação entre mortes violentas e desigualdade racial é presente desde a construção do nosso país como Estado-nação, traçada a partir de um projeto de poder baseado na imposição de ideais de humanidade, sociedade e cultura eurocêntricos. Como consequência, o racismo no Brasil é um aspecto estruturante das desigualdades sociais. Ao longo da história, a população negra brasileira tem enfrentado impedimentos materiais e simbólicos à efetivação de seus direitos. As distâncias que separam negros/as e brancos/as se expressam nas relações interpessoais e se refletem nos acessos desiguais a recursos, a posições de prestígio e às políticas públicas. Essas privações mantêm os sujeitos negros mais vulneráveis a diversas violências e violações de direitos que comprometem, inclusive, sua expectativa de vida. No século XXI, a principal causa de morte de jovens no Brasil ainda são os crimes violentos que atingem majoritariamente jovens negros. De acordo com dados do SIM/DATASUS do Ministério da Saúde, mais da metade dos 56.337 mortos por homicídios no Brasil no ano de 2012 eram jovens, ou seja, 30.072 jovens vítimas de homicídio, o que equivale a 53,37% das mortes. Destes jovens, 77,0% eram negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino. Ao distribuir esses dados de homicídios de jovens negros nos 12 meses do ano, calcula-se mais de 1.900 mortes de jovens negros por mês. Ou seja, cerca de 64 a cada dia, quase três a cada hora, ou aproximadamente um homicídio a cada 20 minutos atingindo jovens negros do sexo masculino, majoritariamente moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

A transformação dessa realidade depende da mobilização do Estado e da sociedade brasileira. **Investir em mudanças estruturais urgentes significa expressar e priorizar o compromisso com a vida e com os direitos humanos da juventude brasileira.**

## A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO JUVENTUDE VIVA

### Em que contexto surgiu a proposta do Juventude Viva?

Contar a história de formulação e desenvolvimento do **Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra – Juventude Viva** envolve reconhecer como ponto de partida o **papel fundamental dos movimentos sociais de combate ao racismo e dos movimentos juvenis** como protagonistas do processo de nomear e situar historicamente o problema que denominam comogocídio<sup>ii</sup> da juventude negra, denunciando que ele se sustenta nos campos social, cultural e político através de interseções entre o racismo estrutural, o machismo, o preconceito geracional e a criminalização da periferia.

**O problema dos altos índices de homicídios que vitimizam jovens negros é uma pauta antiga do Movimento Negro Brasileiro** em suas diferentes formas de manifestação. A campanha clássica **Não Matem Nossas Crianças** iniciada no fim dos anos 80 e, posteriormente, a **vigília de lideranças, organizações e coletivos negros, em 2005, nas escadarias da Secretaria de Segurança Pública de Salvador/Bahia que deu origem à campanha Reaja ou será Morto, Reaja ou será Morta** são exemplos de um amplo movimento que há anos denuncia publicamente os efeitos perversos da violência racial no Brasil. Processos como o **Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE**, ocorrido em 2007 em Lauro de Freitas/BA e a **Conferência Nacional de Juventude**, cuja primeira etapa nacional ocorreu em 2008 em Brasília/DF, representaram, nesse contexto, um importante esforço de articulação em torno desta pauta por parte de jovens negros/as vinculados/as a diversas organizações (Movimento Negro Unificado – MNU, União de Negros pela Igualdade – UNEGRO, Coletivo de Entidades Negras – CEN, Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN, posses de Hip Hop, organizações negras feministas, dentre outras). O **ENJUNE** reuniu jovens negros/as de todo país em um intenso processo de debate, formação e mobilização. E na **1ª Conferência Nacional de Juventude**, a juventude negra organizada atuou decisivamente para a construção da proposta de combate ao genocídio da população negra que, com a maioria dos votos, se tornou a principal prioridade para orientar a Política Nacional de Juventude, reforçada na edição posterior da Conferência, em 2011. Esses espaços se concretizaram como pontos de convergência da juventude negra brasileira, e de seus aliados nos movimentos juvenis e de combate ao racismo, em sua luta pelos direitos humanos e pela vida.

“Isso é uma demanda do Movimento Negro, especificamente da juventude do Movimento Negro. (...) A gente apontou essas questões: que morrem mais negros do que brancos, e que esse negro tinha idade. Isso em 2007. (...) Então é uma demanda nossa, a gente tem que pegar e abraçar.”

Denivan de Lima – Articulador do Plano Juventude Viva – Alagoas

(Depoimento cedido por Denivan à Secretaria Nacional de Juventude como membro da Sociedade Civil, antes do jovem passar a integrar a equipe do Plano Juventude Viva).

Assim, falar do **Movimento Negro** é necessariamente falar da luta e da resistência de diferentes gerações contra a violência racial em suas múltiplas expressões, inclusive a violência policial. **Ao darem voz e vez a essa temática, os movimentos sociais de combate ao racismo e de luta pelos direitos das juventudes se configuram como atores determinantes no apontamento das violências contra a juventude negra como um problema a ser enfrentado pelo Estado Brasileiro e reconhecido por toda a sociedade como um desafio central para a consolidação da Democracia.** Atuam como sinalizadores dos limites de perspectivas universalistas nas políticas sociais para a superação das desigualdades e apontam possibilidades e dilemas para a promoção da igualdade racial e para a incorporação da perspectiva geracional de juventude no campo das políticas públicas. Atualmente ações como as campanhas **A Juventude Quer Viver, Eu Pareço Suspeito?, Jovem Negro Vivo, Juventude Marcada para Viver, Por que o Senhor Atirou em Mim?, Reaja ou será Morto, Reaja ou será Morta, a Marcha contra o Genocídio contra o Povo Negro** e o **Movimento Mães de Maio atualizam na esfera pública demandas concretas da Sociedade Civil a serem incorporadas pelos poderes públicos** nos níveis municipal, estadual e federal e convertidas em ações pelo Legislativo e Judiciário.



Imagem da Campanha Eu Pareço Suspeito?



Trecho de Petição Pública elaborada pelo Movimento Mães de Maio em defesa da federalização das investigações dos homicídios de jovens ocorridos em São Paulo em maio de 2006.

Assim como as demandas do **Movimento Negro** e dos **Movimentos de Juventude** pela garantia de direitos junto ao Estado Brasileiro não são recentes, as conquistas dessa luta também foram se delineando ao longo da história. A **Lei 7.716/1989** que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e a criação, a partir de 2003, da **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial** e, em 2005, da **Política Nacional de Juventude**, com seus estatutos, aprovados em 2010 e 2013 respectivamente, representam avanços na institucionalização do enfrentamento ao racismo e da promoção dos direitos das juventudes. Da mesma forma, a **criação de espaços paritários de elaboração e regulação das referidas políticas**, como conselhos e conferências, abriu um campo de possibilidades para a construção democrática das políticas de juventude e de promoção

da igualdade racial. Contemplar jovens negros/as como autores/as e não apenas público-alvo dos planos, programas, projetos e ações governamentais certamente impacta positivamente o enfrentamento às violências contra a juventude negra. O **Plano Juventude Viva é um desdobramento tangível desse processo** e significa um avanço no reconhecimento por parte do Estado da sua responsabilidade e centralidade na superação dos fatores que favorecem a violência letal de jovens negros.

A construção institucional do **Plano Juventude Viva** no Governo Federal decorre desse processo de lutas e reivindicações dos movimentos sociais, que reverberou nas Conferências Nacionais de Juventude, principalmente, mas também nas Conferências de Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Segurança Pública, e começou a se materializar no ano de 2011. No início da primeira gestão da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014) no Governo Federal foram criados quatro fóruns intersetoriais participativos, voltados para o diálogo interministerial em interface com a Sociedade Civil sobre temas importantes: Fórum de Combate à Extrema Pobreza, Fórum de Direitos e Cidadania, Fórum sobre Desenvolvimento Econômico e Social, Fórum sobre Infraestrutura e Gestão. **A proposta do Plano Juventude Viva surgiu inicialmente com o nome de Agenda Mortalidade da Juventude Negra, no Fórum de Direitos e Cidadania.** No referido Fórum, diversos ministérios discutiram quais direitos de cidadania não estavam sendo garantidos pelo Estado e precisariam se tornar prioritários para a agenda presidencial. Esses direitos não cabiam exclusivamente na esfera de abrangência de cada ministério, precisando envolver soluções articuladas.

**O problema das mortes violentas de jovens negros vinha naquela época sendo fortemente abordado por membros do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e pelos movimentos ligados à defesa dos direitos humanos da população negra como, por exemplo, o Fórum de Juventude Negra do Espírito Santo e o Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE,** e foi um dos temas debatidos nesse contexto.

Naquele momento, a **Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR, por meio da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR** representavam o lócus privilegiado de entendimento da questão dos direitos humanos de jovens negros/as dentro do Governo Federal, mas ambas **entenderam, devido à complexidade do problema da violência que incide sobre a juventude negra, que não poderiam implementar sozinhas ações efetivas de transformação dessa dura realidade.** Assim, a **necessidade de envolver outros atores para a construção de soluções para esse problema, de modo a não tratá-lo de forma superficial,** estimulou que o **Plano Juventude Viva se configurasse, desde sua gênese, enquanto uma agenda intersetorial e com constante**

**investimento na participação social.** Desde a sua construção foi entendido que o **Plano Juventude Viva** só teria força como um conjunto de ações capaz de articular estratégias de garantia de direitos humanos, de geração de oportunidades e de intervenção nas formas de operação da segurança pública e do Sistema de Justiça. Isso, somado às pressões realizadas pela Sociedade Civil e canalizadas institucionalmente pela SNJ/SG e pela SEPIR, contribuiu para que essa agenda crescesse com consistência e pudesse começar a ser implementada com compromisso de continuidade.



Solenidade de Instalação do Fórum de Direitos e Cidadania – Foto de Roberto Stuckert Filho-PR disponível em <http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/imagens/cerimonia-de-instalacao-do-forum-direitos-e-cidadania>.

Desde sua elaboração, o **Plano Juventude Viva** é marcado pelo esforço de interlocução com a **Sociedade Civil**, reconhecendo esta como autora e principal demandante do Plano. Desde o início, investiu-se, ao mesmo tempo, na criação e fortalecimento de fóruns e espaços institucionais de participação e no fomento a experiências de participação organizadas em torno de linguagens diversas como rodas de conversa, oficinas e outros espaços formativos, atividades online, iniciativas voltadas para o campo da cultura, dentre outras. Buscou-se, dessa forma, garantir diferentes meios de

interação com jovens negros, sujeitos que historicamente foram invisíveis para a maior parte das políticas públicas, contemplando suas diversidades e visando o diálogo e o controle social do processo de criação e desenvolvimento do Plano.

03.01.2013 - SNJ lança I Concurso de Prosa, Poema e Fotografia no âmbito do Plano Juventude Viva

O Concurso, que se destina a jovens brasileiros, com idade entre 15 e 29 anos, vai premiar os 30 melhores trabalhos apresentados nas três categorias. As inscrições começam nesta quinta-feira (3 de janeiro) e terminam no dia 28 de fevereiro.

A Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, lança o I Concurso de Prosa, Poema e Fotografia - Juventude Viva, com o objetivo de incentivar os jovens a refletir, expor suas opiniões e debater com a sociedade a condição da juventude negra brasileira, bem como os desafios para o exercício de sua cidadania e plenos direitos.

-> Leia a íntegra do Edital  
-> Ficha de inscrição

Divulgação do I Concurso de Prosa, Poema e Fotografia no âmbito do Plano Juventude Viva, direcionado a jovens brasileiros de 15 a 29 anos.

Investiu-se também na interlocução com **estudiosos/as e especialistas** em temáticas como relações raciais, juventudes, território e violência. Dessa forma, **tentou-se cruzar leituras militantes, técnicas e teórico-conceituais na formulação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação do Plano.**

## Princípios norteadores e objetivos do Plano Juventude Viva

O **Plano Juventude Viva** surgiu com o objetivo principal de atuar para o **aperfeiçoamento de instituições e políticas públicas** visando à **desconstrução da cultura de violência** e à **redução da vulnerabilidade<sup>iii</sup> da juventude** através da **garantia do acesso a direitos e do enfrentamento ao racismo institucional**. Pretende, assim, impulsionar a **transformação de territórios** marcados pela violência letal de jovens negros (Secretaria Nacional de Juventude, 2014).

O **Plano Juventude Viva** reúne pressupostos que articulam as necessidades de transformar desigualdades raciais e assimetrias geracionais como caminho para a preservação, em condições de dignidade e cidadania, das vidas de jovens negros brasileiros. Pela complexidade do problema a que se dispõe a enfrentar, o Plano nasce a partir de ações coordenadas entre diferentes atores da **Sociedade Civil** e órgãos do Estado e mantém como fundamento esse desenho colaborativo. Por isso, **os referenciais de combate ao racismo e ao adultocentrismo<sup>iv</sup> e as perspectivas de transversalidade e intersetorialidade são tão importantes para a existência do Juventude Viva, constituindo a arquitetura que o sustenta.**

No contexto de estruturação do **Plano Juventude Viva**, a **interseccionalidade** implica no desenvolvimento de ações integradas por diferentes segmentos das políticas públicas (cultura, desenvolvimento social, direitos humanos, educação, esporte, lazer, saúde, segurança, trabalho, etc.) visando intervir nas situações de vulnerabilidade e violência contra jovens negros nos territórios. A **transversalidade**, por sua vez, significa assegurar que as perspectivas de enfrentamento ao racismo e garantia dos direitos da juventude negra sejam efetivamente incorporadas por todas as políticas setoriais, não sendo tomadas como especificidades de uma política apenas, de modo a garantir o bem estar integral de todos/as.

As expressões da violência contra jovens negros muitas vezes se relacionam à ausência ou à incidência não qualificada de agentes do Estado nos territórios. Assim, **a transversalidade e a interseccionalidade sinalizam o desafio de diferentes segmentos das políticas públicas se articularem no planejamento, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de ações preventivas que se antecipem às manifestações diversas da violência** que marcam trajetórias de jovens negros.

Além desses referenciais que dão consistência às ações do **Juventude Viva**, o Plano se orienta de acordo com os seguintes princípios:

- **O Estatuto da Juventude e o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial**, que regulamentam as políticas e ações de promoção da igualdade racial e promoção social das

juventudes, são referenciais para a implementação e o desenvolvimento das ações do Plano Juventude Viva.

- **O Plano Juventude Viva defende o enfrentamento ao racismo, ao adultocentrismo, ao machismo e ao sexismo** por entendê-los como fatores que, articulados, estruturam os sistemas de desigualdade e opressão.
- **O Plano defende o enfrentamento à homofobia, à lesbofobia e à transfobia<sup>v</sup>** por entendê-las como expressões da violência que marcam as trajetórias das juventudes LGBTQs, violando seus direitos.
- **O Plano defende o enfrentamento à intolerância religiosa**, por entendê-la como uma forte violação aos direitos humanos e à liberdade de crença e expressão no Estado democrático de direito.
- **O Juventude Viva é contra a redução da maioria penal**, por entender que essa medida reforçará de forma seletiva a criminalização e os processos de violação de direitos da juventude negra e pobre.
- **O Plano Juventude Viva estimula o cumprimento adequado do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE** como forma de garantir a devida regulamentação das medidas socioeducativas de modo que articulem efetivamente os processos de responsabilização de jovens autores/as de ato infracional à inclusão social e à garantia de direitos humanos.
- **O Plano entende que a perspectiva de “guerra às drogas”, ao se articular com as dinâmicas do racismo institucional no campo da segurança pública, reforça a criminalização da juventude negra.** Reconhece, assim, a necessidade de debater alternativas a esse paradigma pautadas na desconstrução de estereótipos raciais sobre o perfil de usuários/as, bem como em referenciais de autonomia, cidadania e emancipação.
- **O Plano Juventude Viva entende que a criação e a privatização de presídios não contribuem necessariamente para qualificar a segurança pública** e enfrentar a violência e a criminalidade. Igualmente, reforçam os crescentes números de encarceramento, frequentemente realizado sem o devido investimento para a reinserção social das pessoas presas.

- **O Juventude Viva estimula em todos os processos de formação relacionados ao Plano a implementação da Lei 10.639**, que torna obrigatória a incorporação da História e Cultura Afrobrasileira no currículo oficial da Rede de Ensino.
- **O Plano Juventude Viva é a favor das Cotas e de outras Políticas Afirmativas** destinadas a promover o acesso e a permanência equitativa a políticas públicas e espaços de poder, estimulando seu desenvolvimento em seu âmbito de atuação como medida de promoção da igualdade racial.

Tendo em vista esse conjunto de pressupostos, as ações do **Plano Juventude Viva** são organizadas nos seguintes eixos:

- **Eixo 1 - Desconstrução da Cultura de Violência**

Reúne ações destinadas a questionar os processos sociais de banalização da violência e de criminalização de jovens negros a partir do reconhecimento de seus fundamentos racistas e machistas e da necessidade de desconstrução de estigmas que recaem sobre jovens negros, pobres e de periferia. Envolve também atividades voltadas para a mobilização de atores sociais para a promoção dos direitos da juventude negra, por meio de campanha e de ações de rede, e para o desenvolvimento nos territórios demedidas de prevenção à violência.

- **Eixo 2 - Inclusão, Emancipação e Garantia de Direitos**

Reúne ações voltadas a jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade, com o intuito de oferecer oportunidades nos campos educacional, profissional e da participação cidadã, bem como fomentar trajetórias de inclusão, autonomia e reconhecimento deste grupo social como sujeito de direitos. Envolve também ações destinadas a promover a atuação dos jovens em iniciativas de transformação e superação da cultura de violência.

- **Eixo 3 - Transformação de Territórios**

Reúne ações e programas voltados a ampliar a presença do poder público nos territórios mais afetados pela violência, através da reconfiguração ou criação de equipamentos e serviços ligados à assistência social, cultura, ensino, esporte, lazer e saúde.

- **Eixo 4 - Aperfeiçoamento Institucional**

Reúne ações do poder público de formação e qualificação de profissionais para identificar, combater e prevenir o adultocentrismo e a incorporação de lógicas racistas nas estruturas, práticas e dinâmicas institucionais, que é o que se nomeia como racismo institucional. Essas ações devem promover transformações em diferentes espaços como escolas, equipamentos de saúde, polícias, unidades socioeducativas e penitenciárias, órgãos do Sistema de Justiça e instâncias de gestão do poder executivo.

A articulação de ações desses quatro eixos visa à promoção de valores de igualdade e da não discriminação, o combate ao racismo institucional e ao preconceito geracional, a redução de vulnerabilidades e a potencialização da participação social de modo a prevenir a ocorrência de violações de direitos e de violências contra jovens negros nos territórios (Secretaria Nacional de Juventude, 2014).

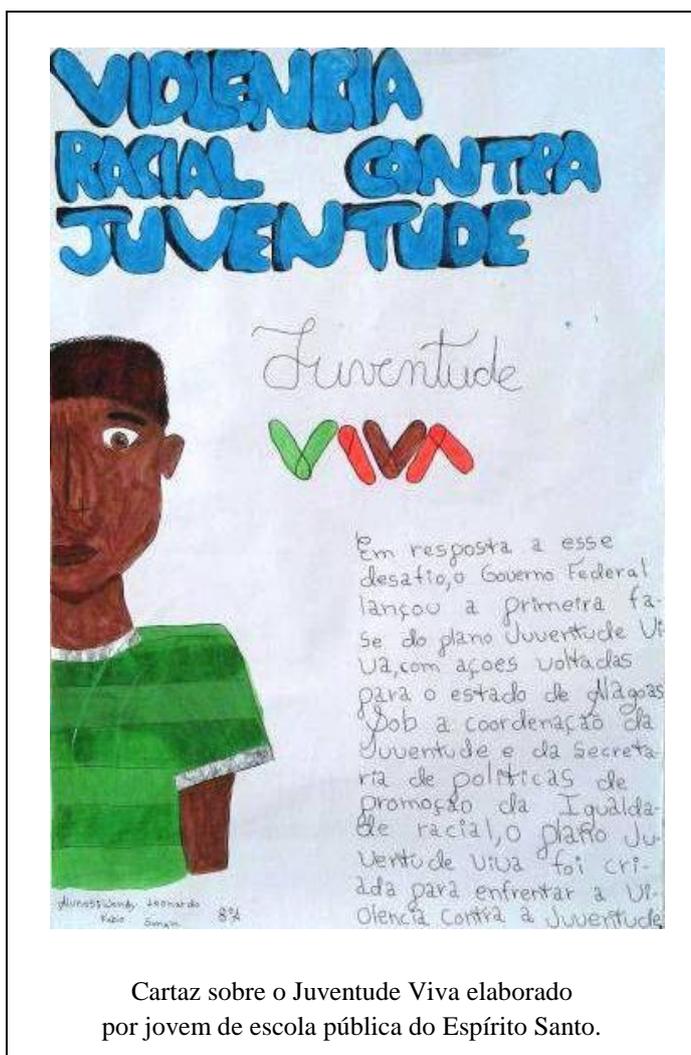
## Como o Plano foi elaborado?

O **Plano Juventude Viva** foi elaborado a partir do esforço de construção conjunta de vários órgãos do Governo Federal com a **Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR**, por meio da **Secretaria Nacional de Juventude – SNJ** e a **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR**. O primeiro passo dessa construção foi a preparação de um diagnóstico, a partir do levantamento de dados que apresentassem as reais dimensões do problema da violência que tem tirado a vida de jovens negros no Brasil.

De meados de 2011 até setembro de 2012, o delineamento do escopo do problema a ser enfrentado envolveu debates conceituais, processamento de propostas da Sociedade Civil e a pactuação de ações dos diferentes ministérios parceiros para a composição do Plano. Nesses debates discutia-se a **importância de haver uma estratégia para enfrentar o racismo de modo a prevenir mortes de jovens, contribuindo para sua diminuição e minimizando o fator de desigualdade**

**entre mortes de jovens negros e brancos.**

Nesse processo emergiram vários posicionamentos: alguns/mas afirmavam que era necessário fortalecer políticas sociais de inclusão da juventude; outros/as diziam que era fundamental ampliar políticas de ações afirmativas. Também havia a posição que defendia a necessidade de se estimular políticas de conscientização para enfrentar a cultura de violência; e, além dessas, outra perspectiva reforçava a importância de se trabalhar com o Sistema de Justiça e investir em políticas para combater situações de violência policial. Rapidamente percebeu-se que o êxito do **Plano Juventude Viva** dependeria do investimento simultâneo e articulado em todas essas frentes de ação. Desde setembro de 2012, quando foi feito o primeiro lançamento do Plano, no estado de Alagoas, busca-se combiná-las visando



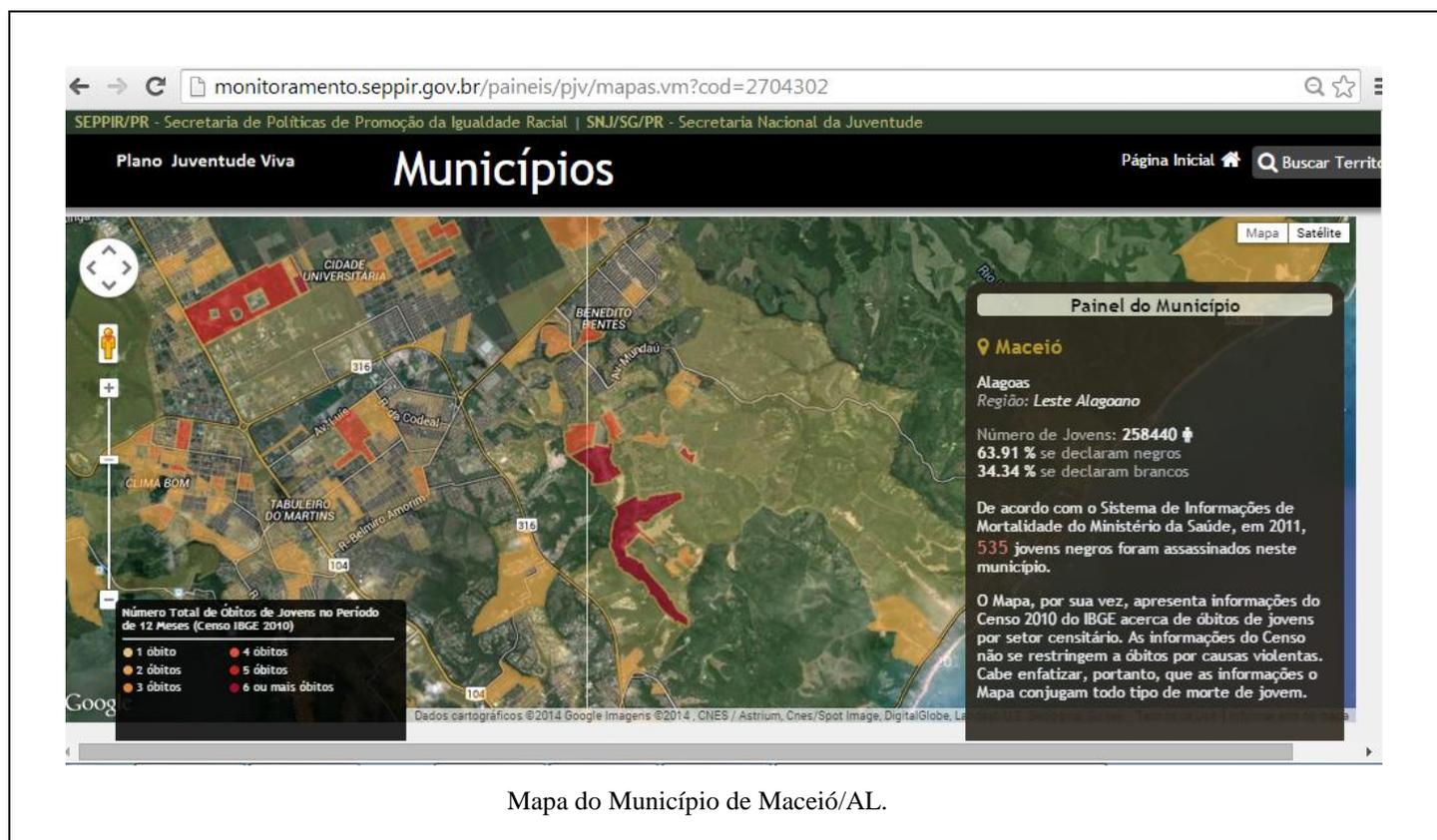
Cartaz sobre o Juventude Viva elaborado por jovem de escola pública do Espírito Santo.

garantir a necessária abrangência do Plano.

Esse trabalho inicial de levantamento de dados e informações sobre o problema possibilitou identificar, por meio das informações disponíveis no Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM do Ministério da Saúde, **142 municípios prioritários**<sup>vi</sup> para a implantação do **Plano Juventude Viva**, que eram aqueles que apresentavam os maiores números de homicídios contra jovens negros.

Nesse processo de definição das áreas prioritárias de intervenção, ficou evidente que a violência letal não se manifestava de maneira homogênea no interior de cada município. Tornou-se importante desenvolver meios de identificar com precisão quais territórios no interior de cada município eram marcados com maior intensidade pela ocorrência desse problema. Assim, a dimensão territorial se fortaleceu como orientadora das ações do **Juventude Viva. Intervir considerando as especificidades das regiões e bairros mais vulneráveis à violência contra jovens negros nos municípios tornou-se central no delineamento das ações estratégicas de prevenção do Plano.** Foi fundamental estabelecer critérios uniformes para fazer o debate sobre a violência nos territórios de cada município eleito, e que pudessem, junto com as leituras dos/as gestores/as locais, ser referenciais para as escolhas das áreas de maior vulnerabilidade para a incidência do Plano.

O fato de os dados de segurança pública acessados ainda não serem produzidos em cada estado a partir de critérios comuns, dificultou esse processo de diagnóstico. A falta de uma articulação nacional<sup>vii</sup> na construção dos dados de segurança pública que permitisse, por sua vez, mapear os territórios mais vulneráveis à ocorrência de homicídios de jovens negros dentro de cada estado e município tornou necessária a busca de informações para o diagnóstico em outras fontes. Isso impulsionou a equipe do **Plano Juventude Viva** a desenvolver uma **estratégia de produção de dados inédita no âmbito das políticas públicas: utilizar os dados de óbito de jovens do Censo para elaborar mapas**<sup>viii</sup> **que apresentassem informações sobre as vulnerabilidades dentro de cada município.** Esses mapas com dados do **Censo** foram articulados a informações<sup>ix</sup> territoriais referentes à infraestrutura, escolaridade, renda, dentre outras, organizadas em bases, boletins e painéis que ofertam um repertório de dados locais importantes. Essas ferramentas diagnósticas auxiliaram no processo progressivo e gradual de chegada do **Plano Juventude Viva** aos territórios, conforme será discutido melhor a seguir. É importante investir em sua ampla divulgação, pois **estas ferramentas possibilitam o cruzamento de informações relevantes sobre a realidade de cada território e a visualização da distribuição espacial das vulnerabilidades e da mortalidade.**



Mapa do Município de Maceió/AL.

Feito o diagnóstico, o próximo passo foi concretizar relações de colaboração que garantissem a implementação do Plano. Estabeleceu-se de forma progressiva parcerias entre a **Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR** e a **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR** com outros nove ministérios considerados estratégicos para o alcance dos objetivos do **Juventude Viva**: **Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério dos Esportes, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República**. Nesses acordos os ministérios informaram quais de seus programas e ações seriam articulados concretamente ao **Plano Juventude Viva** visando à garantia de direitos humanos de jovens negros e negras e à redução de vulnerabilidades.

“Nós também tivemos momentos anteriores de conversa com a SEPPIR e a SNJ. (...) a gente agendou algumas reuniões para a SEPPIR e a SNJ dizerem o que esperavam de nós enquanto ministério, enquanto representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social e elaborar estratégias para que a partir de alguma diretriz que viesse deles nós pudéssemos refletir sobre o que nos caberia enquanto Assistência Social. Nós desenvolvemos um projeto para apresentar à Secretária de Assistência Social, o projeto de intervenção do MDS em relação ao Plano Juventude Viva, que teve aprovação.”

Késsia Silva – Analista Técnica de Políticas Sociais  
Coordenação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
Departamento de Proteção Social Básica  
Secretaria Nacional de Assistência Social  
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

## Como o Plano Juventude Viva tomou forma?

A **Secretaria Nacional de Juventude – SNJ/SG-PR** e a **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR** ao se constituírem como **Coordenadoras Nacionais do Plano Juventude Viva** destinaram equipes especificamente para os processos de fomento, implementação, acompanhamento e monitoramento das ações do Plano (Secretaria Nacional de Juventude, 2014). A própria criação do **Juventude Viva** no âmbito dessas secretarias provocou inovações em suas estruturas, como o estímulo à maior integração das áreas na **Secretaria Nacional de Juventude – SNJ** e a criação dentro da **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial** de uma gerência responsável pelo Plano, que é a Gerência de Projetos, localizada dentro da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas. A coordenação compartilhada entre **Secretaria Nacional de Juventude** e **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial** representa um avanço na construção e desenvolvimento intersetorial da política pública. Ao mesmo tempo, ter órgãos agindo de forma articulada para a gestão de uma ação prioritária é um desafio, pois exige muita sintonia entre suas equipes. Visando à construção desse alinhamento e o desenvolvimento gerencial do **Plano Juventude Viva**, as equipes da **Secretaria Nacional de Juventude** e da **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial** buscaram estabelecer uma relação profissional marcada pelo diálogo.

No delineamento do **Plano Juventude Viva**, foi percebido que não é o fato de o/a prefeito/a de um município aderir formalmente ao **Plano** que determina que, de imediato, o funcionalismo

público local incorpore como prioridade o combate ao racismo institucional e a perspectiva dos direitos das juventudes. Além disso, identificou-se a necessidade de maior estímulo para chegada das ações aos territórios e de qualificação das equipes e das políticas neles disponíveis. Foi visando enfrentar esses desafios que a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ apostou no desenvolvimento do Projeto **Articulação Nacional Juventude Viva – ANJV, como estratégia para apoiar o desenvolvimento do Plano em municípios prioritários, qualificando o enfrentamento ao racismo institucional e a prevenção à violência contra jovens negros.** A **Articulação Nacional Juventude Viva** é formada por jovens bolsistas oriundos/as dos estados em processo de implementação do **Plano Juventude Viva**. Eles/as atuam profissionalmente como dinamizadores/as do desenvolvimento da política pública de prevenção às mortes de jovens negros em territórios vulneráveis.

Cartaz de divulgação do  
processo seletivo dos/as Articuladores/as.



Foram selecionados/as por combinarem perfil profissional técnico com trajetória de vida com experiência evidenciada na atuação política em defesa dos direitos humanos da juventude negra, especialmente no enfrentamento às mortes violentas que a afetam. Em sua maioria negros, os articuladores e as articuladoras têm uma significativa atuação como agentes políticos do **Plano Juventude Viva**, uma vez que em sua trajetória militante se constituíram como porta-vozes dessa agenda antes mesmo de fazerem parte da equipe do **Juventude Viva**, tendo alguns deles impulsionado de antemão a criação do

Plano e seu controle social.

“A luta da juventude negra brasileira aliada à trajetória do/a Articulador/a faz toda diferença no processo de inserção do Plano, é de fundamental importância para o desenvolvimento e facilitação das etapas e ações, para aprofundar o diálogo sobre o que de fato é o Plano Juventude Viva e qual o seu objetivo ao adentrar os territórios e municípios.”

Malu Viana – Articuladora do Plano Juventude Viva – Rio Grande do Sul



Reunião da Articulação do Plano Juventude Viva com o Coordenador de Igualdade Racial de Novo Hamburgo/RS Eduardo Tamboreiro.

(Foto: Ivan Lauffer)

O trabalho da **Articulação Nacional do Plano Juventude Viva** perpassa as diferentes instâncias e etapas de desenvolvimento do Plano. Conta-se com os saberes dos/as jovens/as negros/as **Articuladores/as** não apenas no processo de chegada aos estados e municípios, mas também em articulações no âmbito do Governo Federal, nas interlocuções com o Poder Judiciário, e nas estratégias de incidência junto ao Legislativo. Eles/as trabalham em conjunto com a Coordenação do **Plano Juventude Viva** auxiliando nas decisões sobre as melhores formas de abordar questões ou constituir discursos adequados às especificidades e demandas dos diferentes territórios. Atuam também de forma qualificada nos processos de sensibilização e orientação de gestores/as públicos/as locais e lideranças sociais em torno da garantia dos direitos humanos e do enfrentamento à violência contra jovens negros. Pela importância de preparar e instrumentalizar tanto o Estado quanto a Sociedade Civil para processos de diálogo e decisão compartilhada, os/as **Articuladores/as** cooperam, ainda, para que, no desenvolvimento do **Plano Juventude Viva**, cada vez mais, seja possível viver a participação como método de governo (Secretaria Nacional de Juventude, 2014).

“Os Articuladores são tanto zeladores do diálogo com a Sociedade Civil, como produtos desse diálogo, na medida em que eles são oriundos de organizações da Sociedade Civil, até porque no processo de seleção se reconheceu que esse tipo de conhecimento era importante para manter as ações do Plano.”

Felipe Freitas – Coordenador Nacional do Plano Juventude Viva  
pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

“Os Articuladores estão olhando essa política desde lá de trás e enxergando ela lá na frente. Eles estão aqui porque esta é a pauta da vida deles. Há um forte compromisso profissional e político com este fazer.”

Larissa Borges – Coordenadora Nacional de Articulação do Plano Juventude Viva

“Este plano mexe com a vida da gente porque nos envolve diretamente não numa relação técnica ou de assessoria, mas numa relação de sobrevivência e de vida mesmo”. (...) O Plano para nós é uma relação política... (...) A gente precisa fazer alguma coisa, porque as pessoas olham pra gente com a esperança de que possamos fazer alguma coisa...

Nazaré Cruz – Articuladora do Plano Juventude Viva - Pará  
(Fala realizada durante o II Seminário Nacional de Articuladores)



I Seminário Nacional de Articuladores/as – 2013

A partir das parcerias estabelecidas entre os ministérios para o desenvolvimento do **Plano Juventude Viva**, foram instituídas duas instâncias nacionais de gestão:

- **Reuniões Bilaterais:** São realizadas entre a Secretaria-Geral da Presidência da República / Secretaria Nacional de Juventude, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e cada ministério parceiro, visando minimizar as dificuldades emergentes nos processos gerenciais.
- **Comitê Gestor Federal do Plano Juventude Viva – CGJuV:** É a principal instância de gestão federal do **Plano Juventude Viva** e reúne representantes dos ministérios parceiros e representantes da Sociedade Civil dos Conselhos de Juventude, Promoção da Igualdade Racial e Segurança Pública. Nele são definidos encaminhamentos e estratégias interinstitucionais para o desenvolvimento do Plano, abordados problemas surgidos no processo de articulação intersetorial e compartilhados informes sobre o andamento da implementação, a partir das ações de cada ministério.

Assim como no nível federal existe o Comitê Gestor, quando um estado ou município adere ao **Plano Juventude Viva**, assinando seu Termo de Adesão, ele se compromete com a implantação de **Comitês Gestores Estaduais e Municipais** do Plano, que devem ser capazes de articular os diferentes setores das políticas públicas que precisam se envolver no processo de gestão do **Juventude Viva**, contando também com representantes da Sociedade Civil local.



Material de divulgação do lançamento do Comitê Gestor do Juventude Viva em Lauro de Freitas/Bahia.

Cerimônia de Instituição do Comitê Gestor e do Conselho de Juventude em Goiânia/Goias.



“O que fica de mais positivo é a forma que a gente criou para integrar a gestão. O ponto chave do Juventude Viva em Maceió foi essa integração, o que a gente conseguiu com os próprios gestores. Dar essa conscientização para os próprios gestores de como a gente identificava ações e que ali sim estava o Juventude Viva, a partir de solicitações da própria Sociedade Civil. Isso é outro fator também. A integração do município com a Sociedade Civil só vem se fortalecendo<sup>x</sup>.”

Adriana Vilela – Secretária Executiva do Gabinete do Prefeito e Presidenta Coordenadora do Comitê Gestor de Maceió

A **Rede Juventude Viva** é uma proposta que surgiu durante a formulação do **Plano Juventude Viva**, no âmbito do Fórum de Direitos e Cidadania, visando articular as entidades e grupos que fazem o enfrentamento à violência letal da juventude negra ou apoiam ações que podem contribuir para isso. Fazer com que a Rede ganhasse materialidade foi um desafio. Foi necessário desenvolver uma metodologia adequada que permitisse ir além da criação de um espaço que reunisse

quem acompanha as iniciativas do governo frente a esse tema, potencializando as possibilidades de acesso à informação e interlocução. A equipe do **Juventude Viva**, além de estimular o cadastro de pessoas e organizações na Rede, dinamizado pela atuação dos/as Articuladores/as nos territórios, a partir de 2013 criou o **Informativo Rede Juventude Viva**. Trata-se de um boletim difundido para os membros da Rede, que apresenta em linguagem acessível e sintética informações sobre a implementação e agendas do Plano, oportunidades de editais pra a Sociedade Civil, estados e municípios, concursos, eventos, cursos e seminários. O **Informativo Rede Juventude Viva** também é utilizado para compartilhar informações estratégicas durante processos de mobilização em torno das pautas da prevenção e enfrentamento à violência letal contra jovens negros, a exemplo da própria **Campanha Juventude Viva** e da **Campanha pela aprovação do Projeto de Lei 4471/2012**, destinado a coibir os autos de resistência<sup>xi</sup> por forças de segurança do Estado.



[www.juventude.gov.br/juventudeviva](http://www.juventude.gov.br/juventudeviva)

### Notícias do Plano Juventude Viva

**➤ Espírito Santo adere ao Plano Juventude Viva**

Na manhã de 02 de maio, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), ao lado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), lançou o Plano Juventude Viva no Palácio Anchieta, em Vitória (ES). O Plano, que visa à prevenção da violência contra a juventude negra, vai atuar em seis municípios capixabas, além da capital. Ao todo, o governo federal investirá 96 milhões de reais, que serão distribuídos em programas nas áreas de educação, saúde, cultura, justiça, trabalho e emprego, entre outras.

Saiba mais: <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/02-05-2014-espírito-santo-assina-termo-de-adesao-ao-plano-juventude-viva/>

**➤ SNJ e Seppir realizam Oficina do Plano Juventude Viva em Maceió (AL)**

Nos dias 8 e 9 de maio, a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial realizam a Oficina do Plano Juventude Viva, em Maceió (AL). O objetivo é avaliar o andamento do Plano no estado.

Saiba mais: [http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2014/05/08-05-2014-snj-e-seppir-realizam-oficina-do-plano-juventude-viva-em-maceio-al](http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/05/08-05-2014-snj-e-seppir-realizam-oficina-do-plano-juventude-viva-em-maceio-al)

**➤ Plano Juventude Viva | Seleção para facilitadores(as) em identificação e abordagem do racismo institucional.**

Trecho do Informativo da Rede Juventude Viva de Maio/2014.

Hoje a **Rede Juventude Viva** é um ponto de encontro e interação da Sociedade Civil que quer acompanhar o **Plano Juventude Viva**, tanto para adquirir informações sobre o Plano, quanto para acessar oportunidades de fortalecimento das ações de enfrentamento à violência que já realiza. O cadastro na **Rede Juventude Viva** é feito através do seguinte link: <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/convite-de-adesao-ao-plano>.

O **Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos – FOMPI** foi outro importante canal institucional criado para acompanhamento pela Sociedade Civil das ações do **Plano Juventude Viva** e de seus comitês gestores e para encaminhamento de propostas de melhoria. Deve ser desenvolvido pelo Governo Federal, por estados e municípios e recomenda-se que tenha maioria de membros da Sociedade Civil. Ao Governo cabe ouvir as demandas e avaliações da Sociedade Civil e prestar contas sobre o desenvolvimento do **Juventude Viva**. O **FOMPI** Nacional foi criado em 2013 por meio de portaria interministerial e lançado em março de 2014. É composto atualmente por representantes dos ministérios que integram o **Comitê Gestor Federal** e por representantes de organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos, de movimentos sociais e de conselhos federais de políticas públicas, que desenvolvem atividades nas áreas de juventude, promoção da igualdade racial, direitos humanos e segurança pública. Para o nível estadual e municipal, recomenda-se que o **FOMPI** reúna representantes das secretarias que estarão envolvidas no **Plano Juventude Viva** e de organizações, movimentos e instituições da Sociedade Civil, mantendo também uma agenda de encontros periódicos.” (Secretaria Nacional de Juventude, 2014).

Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos – FOMPI.



Os **Núcleos de Articulação Territorial – NATs** são a instância local de organização, articulação, execução e controle social das ações do **Plano** nos bairros do **Juventude Viva**. A proposta do **NAT** foi criada com o objetivo de articular as políticas públicas nos bairros e regiões priorizados dentro dos municípios pelo Plano e, a partir da participação dos gestores, técnicos locais, jovens e comunidade local interessada, orientar para que as ações desenvolvidas contribuam efetivamente para a promoção dos direitos, transformação dos territórios e prevenção da violência contra a juventude negra. Todas as ações do **NAT** devem ser desenvolvidas coletivamente entre Sociedade Civil e governo com o suporte do/a Articulador/a daquele município.

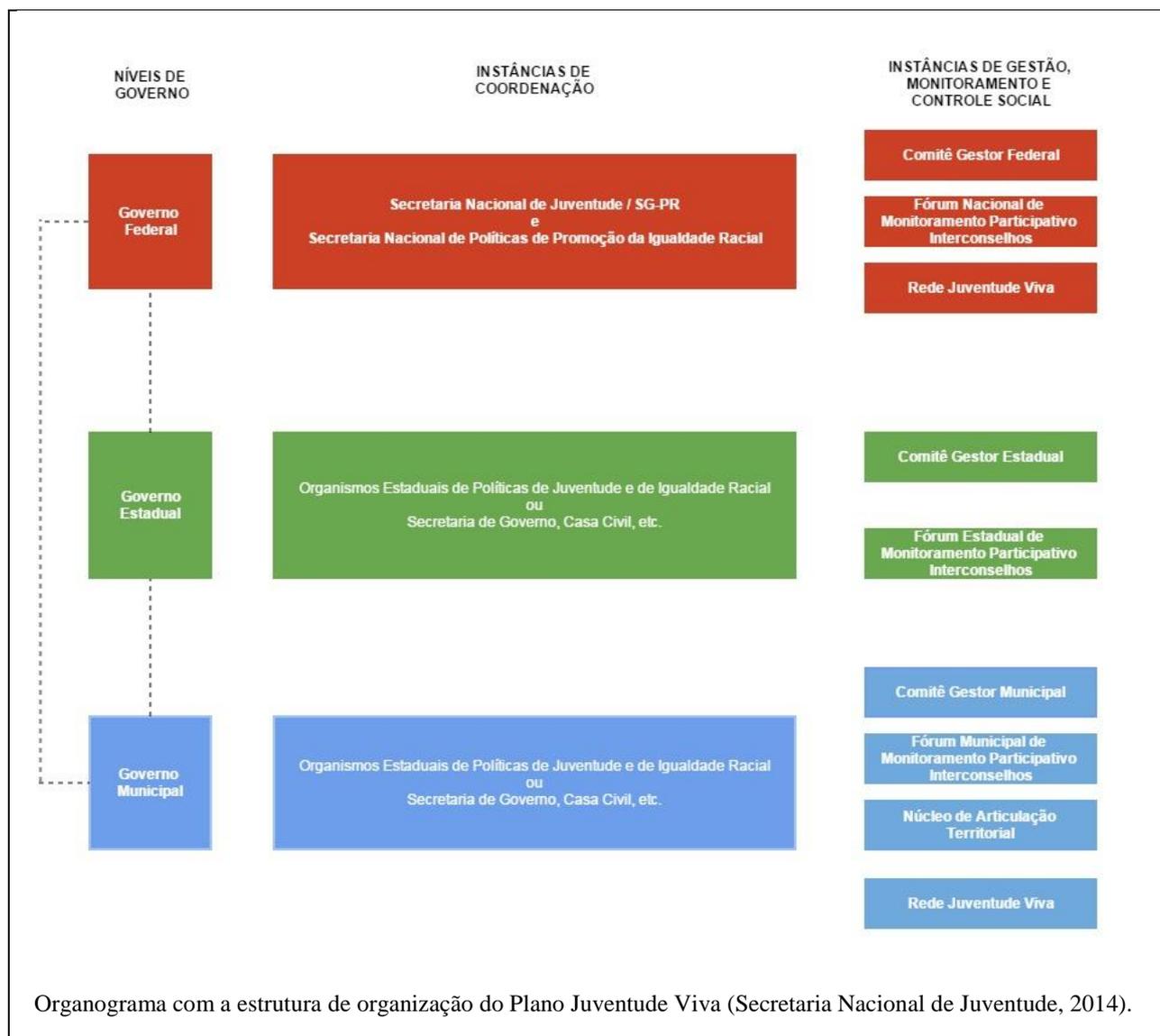
“A experiência de NAT no município de Vitória/ES, mostra que funciona o entrosamento da Sociedade Civil com gestores públicos para aprimoramento das políticas públicas. Acontece o mesmo no Comitê Gestor com a participação de representantes dos conselhos de juventude e igualdade racial.”

Rafael Miranda – Articulador do Plano Juventude Viva – Espírito Santo

O protagonismo no **NAT** deve ser dos/as moradores/as e técnicos/as locais. Participar do **NAT** significa se comprometer a estimular e encorajar as pautas e prioridades do **Juventude Viva** na comunidade (Secretaria Nacional de Juventude, 2014). Significa também buscar contribuir para que as ações pactuadas no **Plano Juventude Viva** alcancem realmente os jovens e as jovens em situação de vulnerabilidade.

Além dos espaços de interlocução com a Sociedade Civil constituídos no âmbito do **Plano Juventude Viva**, é importante destacar que o Plano vem investindo também na atuação em espaços já existentes. No **Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE**, o Grupo de Trabalho sobre Juventude Negra acompanha permanentemente o **Juventude Viva** e no **Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR** foi criado um grupo de trabalho específico sobre o Plano. Tanto o **CNPIR** quanto o **CONJUVE**, importantes espaços de controle social que contam com a participação de representantes da Sociedade Civil e do poder público, garantem lugar permanente nas reuniões periódicas para se apresentar e discutir o **Plano Juventude Viva**. Além deles, o **Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – CNCD/LGBTe** o **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA** também têm discutido o Plano.

A concretização do **Plano Juventude Viva** acontece quando todos os atores e frentes de ação aqui apresentados se articulam para a oferta, desenvolvimento e avaliação de ações que, em territórios vulneráveis, incidam na garantia de direitos de jovens negros e na prevenção às violências que os afetam.



### Quais foram as formas de adesão ao Plano definidas até 2014?

Durante o processo de delineamento do **Juventude Viva** foram definidas formas de adesão que possibilitassem a entrada do Plano nos territórios. É importante destacar que qualquer município pode aderir ao **Plano Juventude Viva**, independente de estar na lista dos 142 prioritários. Para isso, **é importante que decida se apropriar dos princípios e se implicar no desenvolvimento de ações previstas nas Políticas Públicas de Juventude e de Igualdade Racial, entre outras ações que compõem o Plano.** Além disso, **é fundamental que inicie o diagnóstico do problema da violência contra jovens negros e articule possibilidades de enfrentamento.**

Quando o município se enquadra nesse perfil, mas não está dentre os 142 prioritários, ele pode realizar a **Adesão Voluntária**. Trata-se de uma modalidade de adesão que **pode ser realizada**

por qualquer município a qualquer tempo, desde que esteja comprometido com a agenda de enfrentamento à violência contra a juventude negra. A **Adesão Voluntária** expressa um compromisso político importante dos governos locais com esta agenda. Não envolve, todavia, transferência direta ou imediata de recursos. Todo acesso a projetos e recursos se dá por meio de editais e, no caso de algumas políticas, acontece através de repasse de valores de fundos federais a fundos estaduais e municipais.

A modalidade de adesão realizada pelos 142 municípios prioritários, convidados previamente a incorporar o **Plano Juventude Viva** devido aos altos índices de violência letal contra jovens negros, é a **Adesão Pactuada**. Esta modalidade **envolve acordos específicos para o desenvolvimento de ações entre Governo Federal e governos estadual e municipal para os territórios** e lançamento estadual ou municipal do **Juventude Viva** com a presença do Governo Federal no ato de assinatura do Termo de Adesão. Os municípios enquadrados nessa modalidade seguem a estratégia de expansão gradual e progressiva das ações, definida pelo Comitê Gestor Federal do Plano, a partir dos critérios de maiores taxas de homicídios contra jovens negros e regionalização.



Assinatura do Termo de Adesão ao Plano Juventude Viva na Paraíba.

É importante destacar que ambas as modalidades de adesão não implicam repasse automático de recursos. Nesta primeira etapa de implementação do Plano, as condições de participação nos editais e programas oferecidos pelos ministérios que integram o **Plano Juventude Viva** são definidas por cada ministério, de acordo com a disponibilidade orçamentária e observando os critérios estabelecidos para cada ação ou programa. Em alguns casos, os editais oferecem pontuação maior ou valores de repasses per capita mais elevados aos municípios que estão entre os 142

considerados prioritários. De toda forma, é necessário que o município/estado elabore projetos e concorra nos editais dos ministérios para alguns programas, ou faça adesão ou cofinanciamento para outros (Secretaria Nacional de Juventude, 2014).

“O município de Vila Velha aderiu ao Plano em junho desse ano. Nesses dois meses destacamos as orientações para a implementação do Plano no Município. O acompanhamento dos Articuladores. A possibilidade de conhecer a realidade de outros municípios do Brasil através dos encontros na Secretaria Nacional de Juventude. A ferramenta desenvolvida para monitoramento. Para o município em particular está sendo um momento ímpar para provocar discussões sobre a importância das Políticas de/para Juventude negra.”

Marilene Bento de Araújo – Assessora da Secretaria Municipal  
de Educação – Vila Velha / Espírito Santo

### **Estratégias de implementação adotadas**

O **Plano Juventude Viva** foi lançado de forma pioneira no estado de **Alagoas** (setembro/2012), depois na **Paraíba** (agosto/2013), no **Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE**(setembro/2013), em **São Paulo (capital)** (outubro/2013), na **Bahia** (dezembro/2013) e no **Espírito Santo** (maio/2014). Os estados do **Rio de Janeiro** (maio/2013), **Rio Grande do Sul** (novembro/2014) e **Sergipe** (dezembro/2014) fizeram adesão voluntária.



Lançamento do Plano em Alagoas



Lançamento no Distrito Federal



Lançamento na Bahia

A decisão por **fazer de forma gradual e progressiva o lançamento** do Plano nos 142 municípios eleitos como prioritários neste primeiro período de gestão possibilitou que ao longo do processo se **ampliassem os conhecimentos frente a essa experiência inédita para a agenda de enfrentamento à violência contra a juventude negra no Brasil. Permitiu ainda a necessária criação de instrumentos de gestão e que se fortalecesse e qualificasse a atuação das equipes**, ampliando as chances de sucesso nas adesões presentes e futuras.

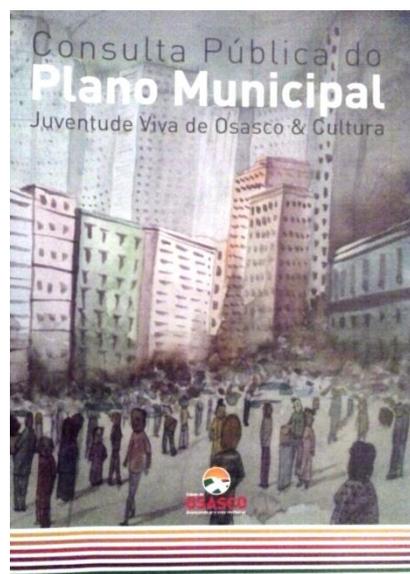
O processo de definição dos municípios, de seus territórios de incidência e das estratégias de inserção tem se dado a partir dos mapas intramunicipais de vulnerabilidades elaborados pela equipe do **Plano Juventude Viva**. Os municípios são protagonistas na definição dos territórios prioritários de intervenção do **Plano**.

Após a definição dos municípios/estados prioritários, a chegada do **Juventude Viva**, nos casos de Adesão Pactuada, se dá a partir da **listagem, por parte das equipes técnicas dos ministérios parceiros, das ações e programas que podem ser ofertados para cada localidade**. Posteriormente é feita uma **reunião entre ministros/as e o/a governador/a do estado**. Com esse conjunto de ações e programas inicialmente elencados, acontece uma **visita técnica para acessar os/as gestores/as** indicados/as pelo/a governador/a do estado como coordenadores/as locais do Plano. A equipe do **Juventude Viva** recomenda que os/as indicados/as sejam os/as representantes das Políticas Estaduais e Municipais de Juventude e de Promoção da Igualdade Racial, se possível. Nessa visita técnica são feitas **conversas a partir dos dados mapeados no processo de diagnóstico** nas quais os/as gestores/as estaduais e municipais do **Plano Juventude Viva** fazem um trabalho de crítica às informações apresentadas, avaliando sua pertinência e apresentando suas contribuições a partir da sua experiência de gestão local. O/a gestor/a também expõe as **ações locais que podem passar a operar a partir da perspectiva do Plano Juventude Viva** e a equipe do Plano apresenta a **oferta de ações e programas propostos por cada ministério**. Nesse diálogo realiza-se o **acordo sobre como o Juventude Viva funcionará no município**, com foco em seus territórios prioritários.

É importante destacar que antes da implementação do Plano nos municípios busca-se realizar **consultas abertas com a Sociedade Civil** que é interlocutora central tanto no processo de definição dos territórios e estratégias de incidência quanto no posterior controle social das ações. Assim, quando se inicia o diálogo com o poder público estadual e municipal recomenda-se que estes, antes e durante o processo de desenvolvimento do **Plano Juventude Viva**, invistam na interlocução com a Sociedade Civil local.

É possível também que no processo de implementação do **Juventude Viva** os/as gestores/as visitem a Coordenação Nacional do Plano e cada ministério e conversem diretamente sobre as ações por cada um ofertadas.

Após os acordos iniciais sobre como o **Plano Juventude Viva** funcionará no município, é realizado um evento de lançamento oficial do Plano no qual é assinado o Termo de Adesão. A partir daí o/a gestor/a se compromete a criar o **Comitê Gestor** local do **Plano Juventude Viva** e inicia-se o desenvolvimento das ações locais. O/a gestor/a deve também investir na elaboração e publicação dos **Planos Estaduais e Municipais de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra**. O **Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra local** é um plano de ação que contém estratégias de transformação da realidade local considerando os objetivos e princípios do **Juventude Viva**. Deve ser elaborado com participação social e apresentar resultados esperados a partir de ações pactuadas com as diferentes áreas de governo. Durante a implementação do **Plano Juventude Viva** é fundamental que o gestor/a, ao constituir as estruturas de gestão, invista também nas respectivas instâncias de participação e controle social (Secretaria Nacional de Juventude, 2014).



Material de divulgação da consulta pública do Plano de Osasco.

O município de Osasco/São Paulo, com suporte da Articulação Nacional Juventude Viva, elaborou o Plano Municipal de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra, que entre setembro e outubro de 2014 foi colocado em **consulta pública** virtual visando levantar sugestões e propostas da Sociedade Civil local diante das ações e estratégias inicialmente previstas.



## O DESENVOLVIMENTO DO PLANO JUVENTUDE VIVA

### Como políticas públicas vêm incorporando as perspectivas do Plano?

A efetiva incorporação dos princípios e objetivos do Juventude Viva pelos órgãos governamentais e políticas públicas é determinante para o bom desenvolvimento do Plano. No que se refere à apropriação pelos ministérios dos pressupostos e metas do Plano tem sido possível verificar uma abertura para o diálogo e para considerar questões apontadas pela Secretaria Nacional de Juventude e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Um diferencial do Plano Juventude Viva é conseguir criar um espaço de interlocução entre um número expressivo de ministérios a partir do reconhecimento da morte de jovens negros como um problema político que impede o bom desenvolvimento da Democracia e do Estado do Direito, e do entendimento de que os direitos dos jovens negros devem ser assegurados pelo Estado Brasileiro. Isso se traduz em avanços que já podem ser considerados concretos: Os Núcleos de Formação de Agentes da Cultura da Juventude Negra – NUFACs, promovidos pela Fundação Cultural Palmares (Ministério da Cultura) com o intuito de capacitar jovens para atuarem no mercado cultural, foram pensados a partir dos conceitos e eixos do Plano Juventude Viva.

“O Núcleo de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra – NUFAC na Paraíba é uma das ações do Plano Juventude Viva que agrega cerca de 120 jovens no território que abrange bairros populares e a periferia do município de João Pessoa. Essa é uma parceria da Fundação Cultural Palmares – MinC, com a Casa de Cultura IléAsé D’Osoguiã – IAO que visa fortalecer, capacitar e promover os valores afro-brasileiros nas expressões de resistência pela cultura para a garantia dos direitos, a sustentabilidade e o protagonismo da juventude negra nas suas trajetórias de vida com o ingresso no mundo do trabalho.”

Suzany Ludmila – Articuladora do Plano Juventude Viva – Paraíba



Núcleo de Formação de Agentes da Cultura da Juventude Negra – NUFAC de João Pessoa/ Paraíba.

Hoje programas tradicionais voltados para as juventudes como o **Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM Urbano**, destinado à retomada da trajetória escolar,

qualificação profissional e adesão a ações de cidadania, esporte cultura e lazer, e o **Programa Saúde na Escola – PSE**, voltado para a promoção da saúde integral de estudantes, **desenham e executam suas ações considerando a questão racial como estruturadora das desigualdades que afetam jovens, além de outras perspectivas caras ao Plano Juventude Viva.** O **PROJOVEM Urbano** incorporou os referenciais do Plano na capacitação de seus profissionais, no material didático e na formação dos estudantes e disponibilizou recursos adicionais para os municípios prioritários do **Juventude Viva**. Já o **PSE** incluiu os princípios do Plano no trabalho desenvolvido junto a estudantes e profissionais da saúde e da educação, através da formação de promotores de saúde, da realização de oficinas presenciais e da educação à distância.



Oficina do Programa Saúde na Escola – PSE no Distrito Federal, organizada por Sabrina Horácio (Programa Saúde na Escola) e Andressa Marques (Articulação Nacional Juventude Viva).

**Programa Saúde na Escola (PSE)**

Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, com o objetivo de promover a atenção integral à saúde dos estudantes da rede pública de educação básica por meio das ações de promoção, prevenção e atenção à saúde.

O PSE no componente II (Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos) tem dentre suas ações a "Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos", que visa atuar na educação para uma sociedade solidária onde o respeito aos direitos humanos e a diversidade se torne concreta na vida de cada cidadão e que a vida possa ser vivida sem violência.

O Programa Saúde na Escola prevê a garantia de oportunidade a todos os educandos de fazerem escolhas mais favoráveis à saúde e de serem, portanto, protagonistas do processo de produção da própria saúde, buscando melhoria de sua qualidade de vida. Nesta perspectiva o programa articula-se com o Plano de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra da Presidência da República que é uma ação alinhada com outros Ministérios e Secretarias.

De acordo com dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) evidenciou-se que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. Os dados alarmantes desses homicídios de jovens representam um grave problema nacional de saúde pública.

A violência impede que estes jovens brasileiros usufruam dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década e também que possam contribuir com seu talento para o desenvolvimento do País. Neste sentido o Programa Saúde na Escola: como espaço privilegiado para os processos de promoção da saúde, do respeito à diversidade e da prevenção de agravos: é o espaço propício para trazer à tona a reflexão de como esses processos se dão no ambiente escolar.

Em resposta a esse desafio, o Plano de enfrentamento à violência contra a juventude negra pactuou algumas ações entre os Ministérios da Saúde e Educação e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ).

Em Alagoas e no Distrito Federal já foi realizada uma série de formações voltadas para gestores e profissionais da saúde e educação numa perspectiva da promoção da igualdade racial na escola, trazendo à tona a importância da discussão sobre a garantia da equidade e sobre o racismo como um determinante social em saúde. Com a expansão aos demais estados e municípios prioritários do Plano as formações também ocorrerão nos demais estados.

**DAB - Últimas Notícias**

**Oficina reúne gestoras estaduais para debater PICs - 12/11/2014**  
Representantes de 20 estados brasileiros estão reunidas, nesta quarta e quinta-feiras (12 e 13/11) em Brasília, para a Oficina Nacional de Gestoras em Práticas Integrativas e Complementares (PICs) de 2014.

**Ministro da Saúde lança Guia Alimentar para a população brasileira - 05/11/2014**  
Publicação, que é voltada ao público em geral, será distribuída em todas as unidades de saúde e está disponível para download

**Expospi premia trabalhos que mostram integração entre vigilância e serviços de saúde - 03/11/2014**  
Entre as modalidades premiadas na 14ª Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças (Epicop), a de número 1 contemplou experiências bem-sucedidas realizadas pelos serviços de saúde do SUS e contou com contribuições de todo o Brasil.

**Sistema contribui para estruturação dos serviços de atenção à saúde da mulher no Ceará - 03/11/2014**

Divulgação da parceria entre Programa Saúde na Escola – PSE e Plano Juventude Viva no Portal da Saúde ([http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php?conteudo=juventude\\_viva](http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php?conteudo=juventude_viva)).

Ainda no campo das estratégias de sensibilização e formação de profissionais para a promoção dos direitos e prevenção à violência contra jovens negros, o **Ministério da Educação – MEC** também tem incorporado **as perspectivas do Plano nos processos de formação de equipes e gestores. Um exemplo bem sucedido foi o Curso de Atualização Juviva, destinado a professores/as que atuam na Educação de Jovens e Adultos – EJA em escolas públicas localizadas nos municípios prioritários na implementação do Plano Juventude Viva. O curso**

Juviva é uma iniciativa da **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC** e é desenvolvido pela parceria do **Ministério da Educação – MEC** com o **Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais**. Visa formar e sensibilizar educadores/as para questões que afetam em especial a juventude negra e trabalhar a função da escola, como membro de uma rede mais ampla, nos processos de superação das violências contra a juventude. **O Juviva** enfoca a Educação de Jovens e Adultos – EJA como estratégia de atingir profissionais que atuam com jovens que, em decorrência das desigualdades, enfrentam diversas barreiras em suas trajetórias educacionais. O curso foi ofertado a estados em que o Plano foi lançado em pactuação com o Governo Federal na modalidade à distância e teve carga-horária total de 180 horas-aula. Contou também com alguns encontros nos quais foram discutidos presencialmente os conteúdos abordados na plataforma virtual. **A abrangência alcançada pelo Juviva junto a professores/as da Educação de Jovens e Adultos atuantes nos territórios do Juventude Viva possibilitou uma difusão significativa das perspectivas do Plano no campo da educação nesta primeira etapa de gestão.**

Plataforma Virtual do Curso de Atualização Juviva

O **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS** também passa por um significativo processo de sensibilização de suas equipes sobre os referenciais do **Plano Juventude**

**Viva.** Esse processo se desdobra em várias iniciativas, dentre as quais é possível destacar a criação de um grupo de profissionais da **Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS** que se consolidou como referência para o acompanhamento das iniciativas do **Plano Juventude Viva**; a **realização de oficina interna sobre identificação e abordagem ao racismo institucional e perspectivas do Juventude Viva, que instrumentalizou a equipe da Secretaria Nacional de Assistência Social para o planejamento e execução, com a participação da SNJ/SG e da SEPPIR, de atividade formativa com gestores/as participantes do XVI Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.**

“Criamos um grupo com componentes da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial para discutirmos o que era o Plano e o que era essa questão do racismo. Num primeiro momento a gente convidou a SEPPIR e a SNJ para virem aqui e fazer uma fala conosco, explicar pra gente o que era essa questão do racismo, o que era o racismo institucional. (...) A partir dessa conversa começamos a fazer algumas construções sobre qual seria nosso papel no plano, em que nós poderíamos contribuir efetivamente para o desenvolvimento do Plano Juventude Viva no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social.”

Alexandro Ferreira – Assessor Técnico  
 Coordenação-Geral do Projovem Adolescente e Serviços para Juventude  
 Departamento de Proteção Social Básica  
 Secretaria Nacional de Assistência Social  
 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

“Então teve essa oficina nesse primeiro momento de sensibilização nossa, servidores do MDS, e(...) um evento de proporção nacional onde participariam municípios do Brasil inteiro, que foi o CONGEMAS, em Cuiabá. Nesse momento nós elaboramos uma matriz baseada nos eixos do Plano Juventude Viva e levamos a discussão para uma das oficinas desse encontro nacional.”

Késsia Silva – Analista Técnica de Políticas Sociais  
 Coordenação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
 Departamento de Proteção Social Básica  
 Secretaria Nacional de Assistência Social  
 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

“Qual foi a nossa preocupação: como a gente poderia mudar o olhar dos profissionais do SUAS em relação a essa população que frequenta CRAS e CREAS. Então, por isso essa oficina de sensibilização: para que as pessoas conhecessem o Plano e tivessem um novo olhar em relação a essa população que elas atendem. (...) E para isso nós fizemos uma mobilização. Nós enviamos um convite para os 142 municípios do Plano para que eles pudessem estar presentes para que tivesse de fato uma efetividade naqueles 142 elencados inicialmente.”

Alexandro Ferreira

“Ficou bastante evidente pra nós o quanto que as pessoas almejavam que o recorte racial tivesse importância dentro da Política Nacional de Assistência Social. (...) E as pessoas que participaram da nossa oficina demonstraram muita alegria de ter essa atenção por parte da Política de Assistência Social à população negra, à população jovem que está aí sendo afetada pela violência”.

Késsia Silva

**Vem sendo discutida também no âmbito do MDS a criação de um módulo sobre Diversidade para formação permanente do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS dentro do qual serão incluídas temáticas ligadas ao Juventude Viva. Também há a perspectiva de agregar as diretrizes do Plano Juventude Viva na execução dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e a orientação para se investir na mobilização de jovens nos territórios abarcados pelo Juventude Viva para o Acesso ao Trabalho<sup>xii</sup>, que é porta de entrada para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que incorporou o público do Plano Juventude Viva como prioritário.**

Uma conquista no desenvolvimento do **Juventude Viva** diz respeito ao **reconhecimento por parte de instituições de diferentes setores da importância de se investir em ações específicas de enfrentamento ao racismo como caminho para a garantia de direitos e a prevenção a violências**. A tendência das políticas setoriais ao longo dos anos foi pensar na questão racial como um fator secundário nos processos de produção e manutenção das violações e violências. O Plano provoca novos olhares sobre a juventude e sobre o racismo convocando as instituições a pensarem neste último como um fator determinante das assimetrias sociais. Por isso, nesse processo, a existência de uma frente específica no **Juventude Viva** direcionada ao enfrentamento ao racismo institucional é considerada estratégica.

Apesar dessas conquistas, identifica-se como desafio **a necessidade de ampliar os mecanismos disponíveis em cada ministério que garantam a continuidade nos investimentos realizados em articulação com o Plano Juventude Viva**. Ainda que hoje se verifique tendências favoráveis ao debate no âmbito dos ministérios dos temas propostos pelo Plano, considera-se importante a existência dentro de cada ministério de grupos ou pessoas de referência responsáveis por garantir a continuidade das discussões e ações relacionadas ao **Juventude Viva**. A boa prática do grupo da Secretaria Nacional de Assistência Social sinaliza como o alcance de resultados concretos

no desenvolvimento do Plano depende de um percurso de mobilização interna de uma série de atores capazes de levar a cabo e acompanhar as transformações institucionais necessárias.

Visando qualificar as ações desenvolvidas em articulação com o **Juventude Viva** no âmbito dos ministérios, no início de 2014 a Coordenação do Plano investiu em **rodadas de diálogo sobre ações e programas ministeriais** a serem incorporados ou retirados, **a partir das experiências de execução nos estados/municípios.**

Ainda sobre a apropriação institucional da pauta do **Plano Juventude Viva** é importante reconhecer também que **o aumento da incorporação do Juventude Viva na agenda da Presidência da República, sem dúvidas, fortalece o Plano.** Quando, por exemplo, a presidenta Dilma Rousseff afirmou a importância desta pauta no evento de sanção do Estatuto da Juventude, em 2013, houve um impacto concreto no interesse e fortalecimento da parceria de programas de diferentes ministérios em relação às perspectivas e objetivos do Plano. O crescimento da inserção do Plano na agenda presidencial vem garantindo meios e instrumentos para sua maior institucionalização em diferentes setores e deve contribuir para que se ampliem as possibilidades do **Juventude Viva** deixar de ser uma política circunscrita a um governo para se tornar uma **Política de Estado.**

O Juventude Viva foi destacado em reuniões e encontros dos Movimentos Sociais com a presidenta Dilma:



Reunião com o Movimento de Juventude em 2013



Reunião com o Movimento Negro em 2013



Sanção do Estatuto da Juventude em 05/08/2013, ocasião na qual a presidenta indica que solucionar o problema da violência contra a juventude negra e pobre deve ser prioritário nas ações governamentais para juventude:

“(...) Uma das coisas que eu considero mais graves no Brasil hoje é a violência contra a juventude negra e pobre. É o lado mais perverso... Eu considero que essa talvez seja a questão mais grave que a juventude brasileira passa, de todas as questões, porque ela mostra um lado da nossa sociedade que nós não podemos conviver com ele. (...) contra esse lado, que é o lado da violência contra a juventude negra e pobre –, eu acho que nós temos de ter um pacto. Eu considero que nós temos que construir, dentro desse novo Estatuto da Juventude, as trincheiras para lutar contra essa questão: a questão da violência indiscriminada contra jovens, mulheres e homens negros e pobres, mais homens, mas não deixa de ter mulheres também sofrendo essa violência.”

Dilma Rousseff

## Como organismos de cooperação internacional vêm se articulando com o Juventude Viva?

No que se refere à relação do **Plano Juventude Viva** com os organismos de cooperação internacional, já havia um diálogo anterior à criação do Plano entre Secretarias Nacionais de Juventude e Promoção da Igualdade Racial e agências do **Sistema ONU**, com as quais vinha sendo possível trabalhar de maneira alinhada frente às questões relacionadas aos direitos humanos da juventude negra brasileira.

“O UNFPA desde o início veio contribuindo com essa construção seja na identificação e no reforço daquilo que é, desde a nossa perspectiva, uma questão chave para o sucesso do Plano, que é o enfrentamento ao racismo institucional. Porque identificar e compreender os diversos fatores que influenciam nessa epidemia de violência contra jovens negros é um exercício por si só complexo e se as raízes desse problema não forem identificadas desde o princípio o sucesso é muito mais difícil de ser alcançado. (...) E para além disso, compreender o que é fazer política para a juventude. Porque o Plano Juventude Viva é desenhado para responder a um problema que é a violência letal contra jovens negros que em um passado não muito distante era vista mais como um problema de segurança e menos como uma ausência de resposta dos diversos setores à garantia de direitos dessa população. (...) O Plano também vêm nessa arena de fazer política para/com jovens e, neste caso, para/com jovens negros”.

Fernanda Lopes – Representante Auxiliar – Fundo de População das Nações Unidas

(...) A gente tem enfatizado que é necessário investir em jovens para que estes tenham seus direitos respeitados, para que consigam de fato usufruir de uma vida digna, com direito à educação, com direito à saúde, com direito à uma vida sem violência e sem discriminação, inclusive discriminação racial. Investindo nesses jovens a gente está também reforçando o potencial produtivo do país e o desenvolvimento. (...) E o Plano Juventude Viva também vem corroborar esse investimento na juventude.”

Anna Cunha – Oficial de Programa – Fundo de População das Nações Unidas

Como consequência desse compartilhamento de pressupostos e objetivos voltados para o investimento nas demandas e trajetórias de jovens negros/as no Brasil, **agências do Sistema ONU se constituíram como importantes parceiras no processo de desenvolvimento do Plano**. No âmbito da parceria entre Plano Juventude Viva e UNFPA, por exemplo, foram realizadas diversas atividades de **apoio técnico**; desenvolvidos **materiais para disseminação de informações sobre o Plano**, a partir da atuação de jovens de bairros vulneráveis de Alagoas e do Distrito Federal; planejadas e

executadas **Oficinas de Identificação e Abordagem ao Racismo Institucional** para gestores/as dos estados em que o Plano já foi lançado em pactuação com o Governo Federal.



Ilustração da cartilha resultante das oficinas, apoiadas pelo UNFPA, destinadas à elaboração de materiais de comunicação por jovens de territórios do Plano Juventude Viva.

Outros importantes desdobramentos da articulação do Plano Juventude Viva com as **agências do Sistema ONU** foram as **várias ações de “advocacy”**(mobilização de atores sociais para realizar pressão política) **em torno do PL 4471/12** e a elaboração de uma **estratégia para Campanha Interagencial pela Paz, pelo Fim do Racismo e da Violência contra a Juventude Negra no Brasil**, motivada pelo **Grupo de Trabalho Interagencial de Juventude**.

A criação, em fevereiro de 2014, deste **Grupo de Trabalho Interagencial de Juventude do Sistema ONU**, destinado a potencializar a resposta integrada do Sistema ONU frente aos temas pertinentes às juventudes, foi fundamental para a **ampliação e fortalecimento da articulação do Juventude Viva com a ONU**. Esse grupo de trabalho se estrutura a partir da interlocução permanente com o Governo Federal e promove a presença da Sociedade Civil nos espaços de diálogo desenvolvidos. Foi motivado pela parceria das agências participantes com a Secretaria Nacional de Juventude e conta também com a participação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O primeiro trabalho do grupo foi o de mapear as ações direcionadas para as juventudes que vinham sendo realizadas pelas agências participantes e definir as prioridades para o trabalho que seria realizado nos meses seguintes. **A superação da violência contra jovens negros surgiu nesse processo como aspecto a ser tratado com primazia pelo Sistema ONU na nova década dos Afrodescendentes (2015 a 2024).**

## Como tem sido o desenvolvimento do Plano nos territórios?

Um dos fatores que mais contribuem para a naturalização da violência letal contra jovens negros é a difusão do paradigma de criminalização da juventude negra brasileira, através da reprodução de estereótipos raciais e geracionais e do discurso de “guerra às drogas”, reforçados pelos meios de comunicação. A sustentação desse paradigma favorece a manutenção da cultura de violência, que influencia tanto as dinâmicas das comunidades, quanto as formas de funcionamento das instituições. Sua perpetuação cria barreiras à garantia de direitos humanos de jovens negros em diferentes territórios. Diante desse desafio, **uma das tarefas iniciais do primeiro ciclo do Juventude Viva foi contribuir para a disseminação dos princípios adotados pelo Plano na esfera pública e provocar sua incorporação nos processos de governança.**

A experiência do **Plano Juventude Viva** dá indícios sobre como as políticas de prevenção podem ser fortalecidas como fornecedoras de contrapontos à cultura de violência consistentes, que explicitem as estreitas conexões entre concepções como as da redução da maioria penal e do encarceramento da população jovem e as desigualdades nos processos de criminalização das juventudes negras. Como estratégia de difusão de novos olhares sobre a experiência da juventude negra nos territórios, quando acontece o lançamento do Plano em um município ou estado a equipe do **Plano Juventude Viva** convida a imprensa local e apresenta dados e informações sobre o problema da violência letal.



Nessa ocasião, profissionais da comunicação acessam o tema da violência letal a partir do viés dos direitos humanos e da perspectiva do enfrentamento ao racismo, sem os estigmas habituais. Além dessa iniciativa nos territórios, ao longo deste primeiro ciclo gestão, o **Plano Juventude Viva** realizou a **Campanha Juventude Viva**, que veiculou de forma gratuita vídeos em diversos canais de televisão, difundiu cartazes e banners em ônibus e na internet e transmitiu mensagens sobre o Plano em rádios na maior parte dos municípios prioritários nos quais houve lançamento. Esses são apenas dois exemplos dos inúmeros movimentos necessários para que sociedade e instituições lancem mão de novas lentes para analisar e intervir na realidade local.



Cartaz da Campanha Juventude Viva.



Cartaz da Campanha Juventude Viva.

**O Plano Juventude Viva**, embora reconheça o tamanho do desafio de contribuir para uma mudança paradigmática, não abre mão de tentar fazer a necessária disputa de valores que perpassa essa transformação. Trabalhar pela vida da juventude negra é necessariamente trabalhar pela substituição do paradigma da criminalização pelo dos direitos humanos e da cidadania.

“O trabalho de convencer sem impor, de encantar e comprometer nossos parceiros, demonstrando pelos dados, pela gravidade do problema e trazendo a sociedade para dialogar, é o nosso desafio, esse é o nosso produto inicial para fazer o Plano começar a acontecer no momento atual. Muitas instituições estavam de costas para o problema, ou sequer reconheciam a sua existência. Temos, depois de dois anos, várias delas andando lado a lado conosco, e buscando alterar suas práticas e políticas em um esforço, histórico, de superação dos estigmas e da violência que rouba a vida de parte importante da nossa juventude.”

Fernanda Papa – Coordenadora Nacional do Plano Juventude Viva  
pela Secretaria Nacional de Juventude

Nos territórios, conforme mencionado anteriormente, uma força importante para impulsionar o Plano vem da atuação **dos/as Articuladores/as, que têm papel fundamental no estímulo à desconstrução da cultura de violência e na difusão da garantia dos direitos humanos de jovens negros. Este é um compromisso a ser consolidado nos processos de fortalecimento da governança e controle social da gestão pública.** Nessa perspectiva, o trabalho dos/as Articuladores/as envolve acompanhar as ações do poder público local orientando os/as gestores/as quanto aos princípios e diretrizes do **Plano Juventude Viva**, estimulando a integração das políticas existentes no estado e no município e destas com as políticas federais. Os/as Articuladores/as também atuam no estímulo à criação e desenvolvimento de espaços de interlocução entre Sociedade Civil e governo, contribuindo para disseminação dos pressupostos e objetivos do **Juventude Viva** em: audiências públicas, capacitações, seminários, oficinas, debates, festivais e outros espaços públicos.

“Não tem como falar do Juventude Viva nos territórios sem falar da nossa realidade como Articuladores. A gente vem de uma realidade também vulnerável. Então, uma estratégia que eu também tenho utilizado é falar sobre as minhas experiências, pois eu sou um sobrevivente nessa questão do extermínio de jovens negros.”

Daniel Costa – Articulador do Plano Juventude Viva – Distrito Federal



Articuladora Kitanji Nogueira em audiência pública sobre o Juventude Viva em Osasco/São Paulo.



Articuladores/as e gestores/as locais do Plano Juventude Viva.



Articuladores/as em reunião com a equipe da Coordenação Nacional do Plano.



Roda de conversa sobre o Juventude Viva em Salvador/Bahia.

Outra estratégia de capilarização do **Plano Juventude Viva** é o **modelo de política pública adotado, que concilia a perspectiva vertical de governança que ocorre quando governos federal, estadual e municipal delineiam conjuntamente as ações, com a perspectiva horizontal, que ocorre quando diferentes áreas de um mesmo nível federativo se articulam para implementar ações. A articulação dessas perspectivas possibilita o desenvolvimento em rede do Plano Juventude Viva.**

Esse modelo só funciona se houver corresponsabilização nos diferentes níveis de governança. O processo de sensibilização e comprometimento nos diferentes níveis da política está em curso e envolve reconhecer que trabalhar sobre o problema do enfrentamento à violência letal não é apenas tarefa da Secretaria Nacional de Juventude, ou da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, muito menos deve ser responsabilidade atribuída exclusivamente ao jovem negro. **O esforço do Plano Juventude Viva tem sido o de demonstrar que a violência letal contra a juventude negra é um problema de TODA a sociedade brasileira e de suas instituições.** O racismo e o paradigma da criminalização de jovens negros perpassam tanto visões de mundo e práticas discriminatórias dos sujeitos, quanto são incorporados na estrutura e influenciam a dinâmica de funcionamento das instituições. Sustentam, assim, tanto nas relações sociais quanto nas práticas institucionais as expressões de violência contra a juventude negra.

“É importante reconhecer que a vida de um jovem negro que é assassinado ao voltar da aula à noite em uma abordagem policial, sendo o primeiro da sua família a ingressar no ensino superior, é tão importante quanto a vida de qualquer outro jovem. Assim como a vida de um jovem que está envolvido com o tráfico de drogas, com o crime, mas que ninguém tem o direito de tirar esta vida por isso. É fundamental nomear esse problema reconhecendo que o jovem que está perdendo a vida já passou por uma série de violações de direitos humanos. O cara que está mais vulnerável na periferia provavelmente não teve educação de qualidade, trabalho decente, moradia digna, o direito à mobilidade, possivelmente não contou com equipamentos esportivos ou de lazer que lhe permitissem usufruir da sua infância e adolescência de maneira saudável. Atribuir a esse jovem a responsabilidade por um fenômeno que envolve um problema macroeconômico e transnacional, como é o tráfico de drogas, é um equívoco. A abordagem ao problema é muito mais complexa.”

Fernanda Papa – Coordenadora Nacional do Plano Juventude Viva  
pela Secretaria Nacional de Juventude

“O essencial desse projeto é a prevenção, oferecer uma alternativa antes que a pessoa seja atingida pelas diversas formas de violência. Que a gente possa oferecer para a juventude, particularmente para a juventude negra, alternativas de vida.”

Gilberto de Carvalho - Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

“Com o Juventude Viva o que nós estamos dizendo é que a vida de uma pessoa negra apesar e na contramão do racismo vale tanto quanto a vida de qualquer outro ser humano e por isso é responsabilidade nossa preservá-la.”

Luiza Bairros - Ministra de Estado Chefe da Secretaria  
de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

(Trecho da fala da Ministra Luiza Bairros na cerimônia de lançamento do Plano Juventude Viva no Distrito Federal)

Esse é o tipo de problematização que se busca fazer no trabalho de capilarizar nos processos institucionais e comunitários a garantia de direitos humanos a jovens negros como forma de prevenção à violência. No cotidiano, avanços nesse sentido são visíveis ainda que, por sua natureza complexa, sejam difíceis de quantificar.

“Tem uma mudança cultural que é difícil de mensurar, mas que é fundamental para o que a gente está fazendo. Por exemplo, em Alagoas, quando a gente chegou não tinha Conselho de Juventude, não tinha Conselho de Promoção da Igualdade Racial, não tinha uma Promotoria para tratar da questão da violência racial. Hoje a gente tem um Conselho de Juventude criado, um Conselho de Igualdade Racial criado e uma Promotoria com atribuição de combate ao racismo instituída pelo Ministério Público local. Se eu acho que essas coisas são resultados do Juventude Viva? É sempre muito difícil dizer. Mas coisas que demorariam um ano para acontecer, aconteceram em seis meses, aconteceram em um mês, por conta da pressão política que o Juventude Viva impôs em certo sentido para aquela realidade local. A gente tem pouca capacidade de capturar esse tipo de deslocamento, esse tipo de mudança que é indicadora de uma ação de enfrentamento ao racismo institucional que é bastante concreta, mas difícil de capturar.”

Felipe Freitas – Coordenador Nacional do Plano Juventude Viva  
pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

**A adesão e o comprometimento de gestores/as estaduais e municipais com os grandes desafios do Plano Juventude Viva são fundamentais para o êxito em sua capilarização nos territórios.**

“Aqui em Valparaíso de Goiás, avançamos no que diz respeito ao Projeto Estação Juventude. Tivemos três reuniões do Comitê Gestor e agora, a partir do dia 20 de outubro, lançaremos edital de contratação das pessoas que irão trabalhar no Estação Juventude<sup>xiii</sup>. Tivemos também uma oficina sobre Racismo Institucional.”

André Nascimento – Diretor de Juventude – Valparaíso de Goiás – GO

“Construir um diagnóstico, mostrar a diversidade de coletivos juvenis negros do Município, refletir sobre as dinâmicas de desigualdade e resistência vivenciadas por esses grupos são alguns dos objetivos da Coordenação Municipal do Plano Juventude Viva em Porto Seguro. A coordenação dividiu o município em cinco territórios, tendo como referência os Centros de Referência de Assistência Social, promovendo rodas de conversa entre representantes de coletivos juvenis negros de cada território a fim de colher dados para construção do diagnóstico. Nesse contexto vale destacar a parceria da coordenação do Plano com o Instituto Mãe Terra que prestou voluntariamente à Associação Baiana de Empreendedorismo Cultural – ABEC serviços técnicos especializados na elaboração, captação e articulação do Projeto Juventude Cidadã – Formação Humana, Cidadã e Profissional de Jovens Negros do Território de Identidade do Complexo Baianão, Município de Porto Seguro, aprovado pelo Governo do Estado da Bahia / Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), por meio do Programa Jovens Baianos – Edital nº

005/2014, obtendo excelente pontuação e o 1º lugar dentre os projetos dos municípios do interior baiano. O projeto tem como objetivo: promover a formação humana, cidadã e profissional de 100 jovens negros na faixa etária de 15 a 29 anos, em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social, oriundos de quatro bairros do Complexo Baianão, área de abrangência da Base Comunitária de Segurança do Programa Pacto pela Vida e Território Prioritário do Plano Juventude Viva no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia. Por meio de cursos de inclusão socioproductiva para inserção no mercado de trabalho, oficinas pedagógicas para formação básica e cidadã e ações de intervenção comunitária juvenil, oportuniza a estes jovens se descobrirem enquanto cidadãos capazes; formando-os para atuarem como Agentes de Desenvolvimento da Cidadania Juvenil– na família, escola e comunidade; criando novas oportunidades de emprego, ocupação e renda, cultura e lazer; estimulando e fortalecendo o protagonismo juvenil; e diminuindo a pobreza e, conseqüentemente, a vulnerabilidade dessa população e de suas famílias.”

Victor Higino – Coordenação Municipal do Plano Juventude Viva  
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social – Porto Seguro / Bahia

A realização nos estados em que houve adesão ao **Juventude Viva** de **Oficinas de Identificação e Abordagem ao Racismo Institucional** impulsionou avanços nos processos locais de desenvolvimento do Plano. As oficinas ocorrem em nível federal, estadual e municipal e são dirigidas às equipes e gestores/as de diferentes setores das políticas públicas que lideram nos estados e municípios os processos de implementação do **Juventude Viva**. Trata-se de um investimento no desenvolvimento das capacidades institucionais de superação do racismo. A adesão institucional às oficinas é um primeiro passo no movimento de enfrentar o racismo como fator que contribui decisivamente para manter jovens negros em situação de vulnerabilidade.



Oficina de Identificação e Abordagem ao Racismo Institucional – Alagoas.

“A grande sacada do Plano é inserir de forma concreta o debate do racismo institucional nos equipamentos que executam políticas que se relacionam às suas ações.”

Gerson Brandão – Militante do Movimento Negro e Pesquisador do Instituto Pólis

**A garantia de direitos humanos para as juventudes negras nos territórios depende da identificação e do combate ao racismo institucional** expresso no atendimento a jovens negros e seus familiares em equipamentos públicos de diversos setores e também nas leituras tecidas pelos/as profissionais acerca das situações de violência e criminalidade acessadas. **A naturalização das violações vividas por jovens negros influencia na não vinculação de sua mortalidade a processos de desigualdade e opressão. Isso compromete a incorporação institucional de um enfoque preventivo de proteção e promoção dos direitos das juventudes negras.** Abarcar as dimensões de raça, gênero, orientação sexual, geração e território nas análises e intervenções das políticas públicas diante de situações de vulnerabilidade e violência depende de constantes investimentos na formação e sensibilização de técnicos/as e gestores/as e no monitoramento permanente da atuação institucional. O trabalho dos/as gestores/as estaduais e municipais do **Plano Juventude Viva** tem sido determinante na sensibilização local sobre a importância de se desenvolver medidas concretas de identificação e enfrentamento ao racismo institucional.

“Precisamos fortalecer o Plano Juventude Viva, para fazer dele uma ferramenta de convencimento aos gestores, para melhor desenvolver as políticas e diminuir os números absurdos de morte da Juventude e em especial a Juventude negra que é a que paga o preço mais alto.”

Marcelo Lima – Secretário Executivo de Juventude – Patos/Paraíba

“A gente conseguiu estabelecer uma rede, conhecer os gestores, quais são as dificuldades desses gestores, conseguiu estabelecer conexões e espaços de diálogo com eles. Muitos não tinham com quem dialogar. Quando chegou o Plano Juventude Viva que a pessoa foi pensar: ‘Poxa vida, tem uma diretriz que eu posso seguir. Tem uma orientação, tem uma política pública aí que é legítima e que eu posso seguir’. Com o Juventude Viva muito gestor teve elementos para chegar para o prefeito, ou para chegar para o coordenador e falar ‘precisamos trabalhar nesse sentido’. Então, tanto gestores de promoção da igualdade racial quanto gestores de juventude foram em certa medida empoderados pelo Plano porque, diferente de outras políticas, em muitos momentos tinha a presença de alguém do Governo Federal lá com eles. E isso de alguma forma, principalmente nos municípios pequenos, abriu portas.”

Larissa Borges – Coordenadora Nacional de Articulação do Plano Juventude Viva



Oficina de compartilhamento de saberes e experiências e monitoramento de ações, realizada em setembro/2014 em Brasília. A referida oficina reuniu cerca de 50 gestores de todas as regiões brasileiras.

O **Juventude Viva** reconhece que para o/a gestor/a local estar no lugar de provocar cotidianamente deslocamentos institucionais que se expressem na garantia de acesso, tratamento igualitário, reconhecimento e representatividade dos jovens negros e de suas trajetórias nas diferentes políticas públicas locais não é tarefa fácil. Trata-se de um trabalho de intervir em dinâmicas muitas vezes cristalizadas. O compartilhamento de experiências e estratégias e a construção coletiva de

conhecimento são medidas que, nesse processo, podem fortalecer ou consolidar a atuação de gestores/as locais. Visando reforçar essa atuação, o **Plano Juventude Viva** está investindo em viabilizar o acesso dos/as gestores/as a uma comunidade exclusiva no **Participatório**. O **Participatório** é uma ferramenta elaborada pela Secretaria Nacional de Juventude em 2013 como resposta do governo para a criação de novos canais de participação social. Seu lançamento se deu logo após as “jornadas de junho e julho” de 2013, como ficaram conhecidas as grandes manifestações sociais daquele período. O Participatório tem duas principais características: 1) Trata-se de um observatório da política de juventude que reúne um acervo de informações e dados disponíveis para pesquisadores/as e gestores/as produzirem conhecimento em seus campos de atuação. 2) Tem caráter participativo na medida em que se configura como uma rede social que potencializa a interação por meio da internet de pessoas interessadas em debater os temas afins às políticas de juventude. É também um ponto de encontro virtual da Rede Juventude Viva e da rede de Articuladoras/es. Assim, o **Participatório** tem se configurado como um importante canal de produção e compartilhamento de informação e de interação que pode instrumentalizar os/as gestores/as locais do **Plano Juventude Viva** em seu trabalho cotidiano.



Divulgação de debate virtual sobre Segurança e Juventude no Participatório.



Divulgação de transmissão no Participatório de debate sobre Drogas, Ciência e Saúde, com o professor e pesquisador norte-americano Carl Hart. O referido debate ocorreu em 15/05 na Universidade de Brasília – UnB.

Outro ator que tem se destacado como importante apoiador nos processos de capilarização das perspectivas do Plano nos territórios é a **Sociedade Civil** local. É importante frisar, nesse sentido, o protagonismo das mães de jovens vítimas de violência que vêm atuando de maneira decisiva para publicizar o debate sobre o enfrentamento à violência letal tanto nacionalmente quanto nos territórios e demandar de gestores/as públicos/as medidas para a superação desse grave problema.



Maria José da Silva, Zezé – Alagoas  
(Foto: Fora do Eixo)

“Eu sou mãe de um jovem que foi assassinado, vai fazer um ano, Tiago Tierra. (...) A gente já vinha sentindo a violência muito forte ao redor. Só que veio como uma bomba. Eu acho o seguinte, que na realidade esse Plano Juventude Viva é tipo uma luz no fim do túnel. Numa carta que eu mandei para o governador, dois meses depois do assassinato do meu filho, eu pedia maior investimento na educação, na cultura, no lazer, no esporte, pra que os jovens tivessem opções. (...) Eu estou empenhada nesse Plano, como mãe de vítima, na esperança de que realmente seja transformada essa realidade. Porque aqui no estado de Alagoas a gente não via mais perspectiva”.

Maria José da Silva, Zezé – Alagoas

(Depoimento cedido por Maria José à Secretaria Nacional de Juventude durante o processo de chegada do Juventude Viva a Alagoas)

Por compreender o papel primordial da **Sociedade Civil** no controle social e qualificação das ações do **Juventude Viva**, **busca-se fomentar nos territórios a participação social** para que as comunidades se mantenham informadas sobre o Plano, compartilhem suas percepções e experiências e contribuam com sugestões para o fortalecimento das ações locais. A participação e o controle social são um caminho para a democratização das políticas públicas e para garantir a efetividade dos programas sociais. **A participação social nos territórios contribui para melhor contemplar no Juventude Viva as especificidades da região e do público-alvo e estimula a adesão da população às iniciativas públicas. No caso do Plano Juventude Viva, a participação nos territórios tem sua importância ampliada, dada a complexidade do tema redução da vulnerabilidade da juventude negra, e a dificuldade de enfrentamento de suas causas.** O ideal é que a **participação** permeie todas as etapas de construção, implementação e desenvolvimento do **Plano Juventude Viva** nos territórios, desde a fase de consulta e elaboração da proposta até o monitoramento e a avaliação de sua execução (Secretaria Nacional de Juventude, 2014).

## Estratégia para a consolidação nos territórios: o trabalho conjunto

O **Plano Juventude Viva** neste primeiro ciclo de gestão, além dos desafios de se capilarizar nos territórios prioritários e influenciar as práticas de gestão e governança, buscou concretizar as perspectivas de **transversalidade** e **intersetorialidade** em sua implementação. O Plano vai se tornando **intersetorial** nos territórios na medida em que passa a **integrar ações locais de diferentes setores ou secretarias articulados pela garantia de direitos humanos e preservação da vida dos jovens negros**. E a **transversalidade** nos territórios se constitui ao **fazer com que cada setor reveja suas ações locais de modo a incorporar as perspectivas do Plano de forma mais contundente**. Isso se dá, por exemplo, através da formação de gestores/as, servidores/as e equipes da ponta, destinando mais recursos a territórios do **Juventude Viva**, disseminando a perspectiva de garantia de direitos da juventude negra no desenho e conteúdos de seus programas e enfrentando o racismo institucional. Essa não é uma tarefa fácil, uma vez que cada política pública tem suas agendas próprias e ao longo da história a juventude negra não foi considerada sujeito prioritário das políticas setoriais.

“A primeira vez que secretários de educação, esportes e cultura sentaram pra discutir algo em comum no município foi quando estivemos lá para discutir o Plano. Então, o principal objetivo é colocar essa arquitetura para funcionar.”

João Paulo Diogo – Articulador do Plano Juventude Viva – Bahia

(Fala realizada durante oficina de compartilhamento de saberes e experiências e monitoramento de ações realizada em setembro/2014 em Brasília).

Assim, a **construção da transversalidade e da intersetorialidade nos territórios tem acontecido de forma gradual e depende de os ministérios e gestores/as locais perceberem e transmitirem amplamente que faz sentido contribuir de forma integrada para a superação das vulnerabilidades e violências que acometem jovens negros/as**. A incorporação prática desse tipo de compreensão é o que contribui para que o **Plano Juventude Viva** se configure nos territórios como uma iniciativa **intersetorial** e também **transversal**.

Para finalizar esta apresentação sobre como tem sido o desenvolvimento do **Juventude Viva** nos territórios durante esta primeira fase do Plano, é importante destacar que o **Juventude Viva**

amadureceu quando adotou o território como a referência fundamental para analisar o problema dos altos índices de mortes violentas incidentes sobre jovens negros. Construir junto com o IBGE os mapas de óbitos de jovens por setor censitário facilitou a visualização do problema da violência letal em um nível intraurbano, considerando as especificidades e dinâmicas territoriais. O cruzamento dos dados do IBGE mapeados com informações advindas dos **Boletins sobre Vulnerabilidade Social e Juventude Negra**, elaborados pela **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS**, e dos **Painéis de Monitoramento**, elaborados no âmbito da coordenação compartilhada do Plano, qualificou os processos de diagnóstico e acompanhamento das realidades locais. A representação em mapas, painéis e boletins dos dados, ferramentas, equipamentos e ações ligadas ao Plano sistematiza de forma mais concreta e acessível informações estratégicas sobre o território que podem ser utilizadas por gestores/as para sensibilizar atores locais para a construção da **intersectorialidade** e da **transversalidade**.

#### Conheça melhor as ferramentas:

- Boletins sobre Vulnerabilidade Social e Juventude Negra, elaborados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>
- Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade – IDV, que apresentam dois tipos de indicadores de interesse:
  - Vulnerabilidade social para ações voltadas para a juventude;
  - Vulnerabilidade social para Plano Juventude Viva.[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/idv/tela\\_uf\\_e\\_mun.php?](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/idv/tela_uf_e_mun.php?)
- Mapas Interativos de Municípios, contendo dados de óbitos de jovens por setor censitário: <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/mapas.vm?type=setor&cod=5300108>.
- Painéis de Monitoramento, que contém informações sobre números de homicídios de jovens (com recorte racial), vulnerabilidades, acesso à educação e acesso a trabalho e renda: <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>.

#### Como o Plano tem trabalhado com os dados e informações?

O desenvolvimento de uma política pública depende da produção de dados que possibilitem acompanhar seus alcances e identificar seus entraves. Como estratégia para investir no desenvolvimento do **Plano Juventude Viva** entre o fim de 2013 e o início de 2014 foi iniciado o

desenho do **Sistema de Gestão Estratégica do Plano** que contempla, além de outros aspectos, a **Gestão da Informação e Monitoramento** de suas ações.

A lógica atual de organização do **Sistema de Gestão da Informação e Monitoramento** pode ser entendida como um conjunto de variados processos que articulados vão constituindo um mosaico. Esse mosaico reúne diferentes análises que ajudam na construção da leitura da efetividade da política pública. As ferramentas de produção e sistematização de informações atualmente empregadas no **Juventude Viva** podem ser reunidas em quatro processos: 1) **Diagnósticos para dimensionar e caracterizar o fenômeno da violência letal contra jovens negros desde o nível nacional até o nível dos territórios**. Para realizar o **Diagnóstico** do problema, informações como o número e o local de homicídios ou óbitos de jovens são importantes. 2) **Acompanhamento das Ações pactuadas com ministérios e nos territórios, identificando se foram ou não cumpridas com o melhor uso dos recursos disponíveis**, auxiliando na leitura sobre a eficiência da ação pública. Para o **Acompanhamento das Ações**, informações relevantes são relacionadas a recursos investidos, convênios em vigência, obras concluídas, dentre outras. 3) **Monitoramento das condições criadas nos territórios para atingir os objetivos do Plano, analisando se elas são favoráveis ou não para o alcance dos resultados previstos**, o que contribui para a leitura da eficácia da política. Do ponto de vista do **Monitoramento**, informações como mudanças obtidas na taxa de escolarização, na renda e no perfil de inserção no mercado de trabalho de jovens negros no município são importantes. 4) **Avaliação do impacto da política, ou seja, se é possível alcançar resultados efetivos de prevenção a violências e violações de direitos de jovens negros a partir das condições criadas e das ações realizadas**. Para a **Avaliação** considera-se a articulação das análises obtidas nos processos de **Diagnóstico, Acompanhamento das Ações e Monitoramento**.

Os processos de **Acompanhamento e Monitoramento** do **Juventude Viva** passaram neste primeiro período de gestão por avanços, especialmente quando o Plano passou a contar com uma **equipe específica para acompanhamento e monitoramento a partir do contato direto com os territórios**. Nesses processos de **Acompanhamento e Monitoramento** nos territórios, a equipe fez diálogo com gestores/as e Sociedade Civil, buscando avaliar se os eixos do **Plano Juventude Viva** estão, em alguma medida, sendo executados na prática.

É importante destacar que no campo das políticas públicas em geral, a construção de mecanismos integrados de acompanhamento dos diferentes programas, monitoramento e avaliação da efetividade das políticas setoriais é um importante desafio, que também está colocado para o horizonte de ação desta primeira etapa de implementação do **Plano Juventude Viva**.

“Mensurar em que medida a política atingiu os resultados alcançados através de um efetivo monitoramento é essencial para que possamos obter melhores resultados quanto às políticas públicas para a promoção da paz e enfrentamento à violência implementadas.”

Vânia Menezes – Membro da Equipe de Coordenação do Plano Juventude Viva  
Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos – Alagoas

### **Como tem sido a relação com o Legislativo e com os Sistemas de Justiça e Segurança?**

Um dilema que mobiliza a Sociedade Civil no enfrentamento à violência letal contra a juventude negra é a **necessidade de sensibilização do Legislativo para criar medidas concretas que ampliem as possibilidades de enfrentamento à violência contra jovens negros e de responsabilização de autores/as.**

Dentro dessa perspectiva, em 2013 e 2014 **um importante investimento político articulou o Plano Juventude Viva à luta da Sociedade Civil na busca pela aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 4471/2012**, pelo fim dos autos de resistência e pela obrigatoriedade de investigação de mortes violentas. **Essa demanda emergiu da Sociedade Civil** durante o processo de elaboração do **Plano Juventude Viva** e foi uma conquista colocar, no ano de 2013, o **Projeto de Lei 4471/2012** na fila dos projetos que seriam votados na Câmara **sem reforçar o estigma da criminalização da juventude negra. O próximo desafio é garantir a votação efetiva do projeto e a implementação de suas propostas. Para efetivar esse desafio a juventude negra, as mães de vítimas, demais atores dos Movimentos de Juventude, Negro e de Direitos Humanos e lideranças comunitárias têm se organizado de maneira contínua para a realização de uma série de atos públicos, petições, mobilizações pelas redes sociais e reuniões de articulação na Câmara dos Deputados destinadas a incidir politicamente para a aprovação do PL que institui obrigatoriedade de investigação antes que mortes causadas por agentes do Estado sejam registradas como autos de resistência.** Parte importante desse processo são os membros da Sociedade Civil integrantes da **Rede Juventude Viva**, que desenvolveram uma campanha intensa no Congresso e nas redes sociais mobilizando vários estados em prol da aprovação deste Projeto de Lei. Exemplos mais atuais desse percurso de mobilizações são as ações ocorridas em novembro de 2014. A Sociedade Civil organizada vinha articulando publicamente uma série de denúncias de violências contra jovens negros em distintos territórios, intensificadas após a chacina ocorrida entre 04 e 05/11/14 em bairros da periferia de Belém do Pará. Em sintonia com esse movimento, e após diferentes incidências junto ao Presidente da Câmara Federal e outros deputados e líderes partidários, no início do mês de novembro o Conselho Nacional de Juventude e organizações da Sociedade Civil

lançaram a **Campanha Novembro Pela Vida – PL 4471 Já!**, em defesa da vida da juventude negra e do fim dos autos de resistência. Dando continuidade a esse processo, ativistas de várias localidades do país articularam tuitos<sup>xiv</sup> e se reuniram em Brasília para **reivindicar a aprovação do Projeto de Lei 4471/2012 até o mês de dezembro. Em uma das ocasiões, realizaram a entrega de abaixo assinado com mais de 30.000 assinaturas, durante sessão solene da Câmara dos Deputados** ocorrida no dia 18/11/14 em alusão ao Dia da Consciência Negra e em reunião, no dia seguinte, com o presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, visando discutir o compromisso pela votação e aprovação do PL 4471/12.



Militantes e Articuladores/as do Plano Juventude Viva durante o Processode campanha pela aprovação do PL 4471, em 2013.



Luiz Inácio Rocha – Articulador do Plano Juventude Viva – Espírito Santo, com o cartaz da campanha pela aprovação do PL 4471, em 2013.

Ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva com o cartaz da campanha pela aprovação do PL 4471, em 2013.



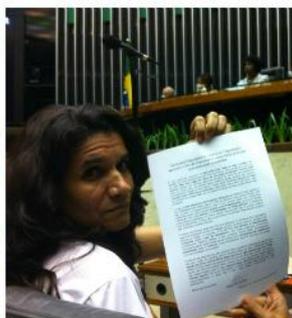
Manifesto em prol da aprovação do PL 4471/2012 ocorrido em março de 2014 na Câmara dos Deputados



Jovens negros/as  
militantes participantes do referido manifesto.

Mobilização pela aprovação do PL 4471/2012 e

reunião ocorridas em novembro de 2014 na Câmara dos Deputados.



...s-federais-aprovem-o-fim-da-impunidade-para-ma

Pressionando Deputados Federais ▾

### Aprovem o fim da impunidade para maus policiais que executam inocentes

María José da Silva (Zezé Feminista) Macaé, Brasil

É uma vergonha vivermos no país onde mais mata à mão armada no mundo. Por mais doloroso que seja falar sobre isso, não me calei e nunca vou me calar. Meu filho Tiago foi vítima de um duplo homicídio, morreu cedo demais, apenas com 16 anos, agora ele também faz parte de uma estatística triste do nosso país. As vítimas desta violência quase sempre são jovens, principalmente negros e da periferia, muitos deles inocentes, pegos no fogo cruzado entre criminosos e policiais. Falar disso não é fácil, dói muito. Mas ao contrário de muitas mães que se isolam e sofrem quietas, escolhi fazer algo a respeito.

O caso do DG, dançarino do Programa Esquenta da Regina Casé, ajudou a dar visibilidade para esses casos. O DG era famoso, mas muitas vítimas não são e caem no esquecimento. O fato é que grande parte dos homicídios praticados pelos maus policiais jamais serão investigados. Os maus policiais continuam nas ruas, tirando a credibilidade da força policial, e deixando uma péssima reputação de toda a classe. Para mudar isso é preciso acabar com a impunidade. A ideia não é punir todos os policiais, mas apenas aqueles que realmente cometem abusos.

E existe uma chance para isto! Há uma proposta na Câmara dos Deputados que pode realmente ajudar a investigar e punir os maus policiais, aqueles que torturam e matam. A proposta, o PL 4471/12, iria eliminar a classificação conhecida como "auto de resistência", em outras palavras, homicídios considerados "legítima defesa" e que, portanto nunca serão investigados. Precisamos apoiar esta iniciativa para mostrar que a sociedade não está mais anestesiada com a violência, e que acreditamos que há chances de acabar com esta injustiça e impunidade.

A maioria das pessoas que não convive com a extrema violência das periferias não tem noção de quantos jovens morrem todos os dias. Vivemos em um estado de medo, nossos filhos saem de casa e não sabendo se vão voltar vivos. O único medo que sempre senti foi ver um filho partir e isto aconteceu. Agora, em nome de muitas mães, preciso de ajuda para mudar essa injustiça que destrói tantas vidas, é um compromisso que tenho com meu filho e comigo mesma. Por favor, me ajudem a salvar muitas vidas assinando este abaixo-assinado.

Divulgação do tuitaço e trecho do abaixo assinado entregue na mobilização.

Imagens da Campanha Novembro pela Vida.



Postagens do Twitter e do Facebook da Presidenta Dilma Rousseff em 20/11/2014.

Imagem da Mobilização do Monitoramento Jovem de Políticas Públicas, apoiado pela ONG Visão Mundial, pela aprovação do PL4471/2012.



**EU APOIO O  
PL 4471**

**O ESTADO NÃO PODE TER  
PERMISSÃO PARA MATAR.**

**VOTE SIM!**

Imagem da Mobilização da Anistia Internacional pela aprovação do PL4471/2012.

Além dos desafios no campo do Legislativo, desde o início do percurso do **Plano Juventude Viva** nos estados e municípios nesta primeira etapa de gestão ficou evidente a **necessidade de se investir em pactuações com atores do Sistema de Justiça como o Ministério Público, as Defensorias, os Tribunais de Justiça, como estratégia para garantir o êxito das ações**

**desenvolvidas.** Uma série de questões ligadas ao não acesso ou acesso desigual à justiça esbarram no racismo institucional presente nessas esferas do sistema.

Em 2014, **como desdobramento de demandas da Sociedade Civil e do compromisso assumido pelo Ministério da Justiça em função da articulação interinstitucional do Plano Juventude Viva, foi firmado um Protocolo de Intenções entre a Secretaria Nacional de Juventude, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais.** O referido **Protocolo** se destina à **redução de barreiras de acesso à justiça para jovens negros/as em situação de violência.** Esse avanço é significativo uma vez que garante um pano de fundo **que legitime transformações institucionais concretas a serem desenvolvidas no âmbito do Sistema de Justiça Brasileiro com foco nos direitos humanos das juventudes negras.** Após essa iniciativa, por exemplo, o Ministério Público da Bahia adotou cotas para promotores públicos citando na justificativa dessa importante medida as premissas do **Protocolo.** Isso possibilita dizer que, existindo empenho político na implementação de mudanças, o **Protocolo** pode disparar transformações institucionais em diferentes contextos.

Assinatura do Protocolo de Intenções para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência.





Audiência Pública Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, ocorrida no Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público no dia 17/09/2014, como desdobramento do Protocolo de Intenções.

Mas é fundamental, por outro lado, reconhecer que, no que se refere aos desafios estabelecidos à implementação do **Plano Juventude Viva**, é importante avançar nas articulações com os Sistemas de Justiça e de Segurança de modo a se desenvolver estratégias que incidam na alteração das rotas de violência que marcam a trajetória da juventude negra, especialmente aquelas protagonizadas pela polícia.

O **Plano Juventude Viva** avançou na construção de um espaço de interlocução para pautar o tema dos direitos humanos da juventude negra com atores dos Sistemas de Justiça e de Segurança Pública. É possível dizer hoje que com a assinatura do **Protocolo de Intenções para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência** o Plano está vencendo uma importante fase de pactuação com o Sistema de Justiça, que envolve

sensibilizar suas autoridades. Mas é fundamental concluir essa fase de sensibilização para avançar em outra que é a de intensificar a implementação dos planos de trabalho que se traduzam em ações desenvolvidas pelas instâncias locais. Para lograr mudanças culturais e institucionais que impactem no acesso igualitário à justiça para a juventude negra, **a decisão política expressa no Protocolo deve ter a perspectiva de se converter em metas, prioridades, portarias, normativas, investimentos em reestruturação das instituições e outras ações.**

Superar um processo histórico de criminalização e violação de direitos da juventude negra brasileira depende de se investir também em uma **reforma estruturante da noção de segurança pública e do paradigma de “guerra às drogas” vigentes.**

O paradigma proibicionista representado pelo slogan de “guerra às drogas” tem sido um dos grandes responsáveis pela violência a que estão submetidos os jovens negros. As ações de combate às drogas feitas sob a premissa da criminalização de sua circulação e consumo atingem de forma bastante desigual diferentes grupos sociais e suas pertenças territoriais e raciais. Ainda que a circulação e o consumo abranja todo o tecido social são as comunidades pobres e, portanto, majoritariamente negras, o principal alvo desse combate. A associação do tráfico de drogas apenas às favelas e periferias das cidades criminaliza de antemão os jovens negros, servindo como justificativa para ação violenta sobre esse conjunto da população. Diante da ineficácia desse paradigma e da constatação de que ele tem sido um promotor de mais violências e de desrespeito aos direitos humanos, diferentes grupos da Sociedade Civil têm defendido modelos alternativos para que sociedade e Estado lidem com a questão das drogas.

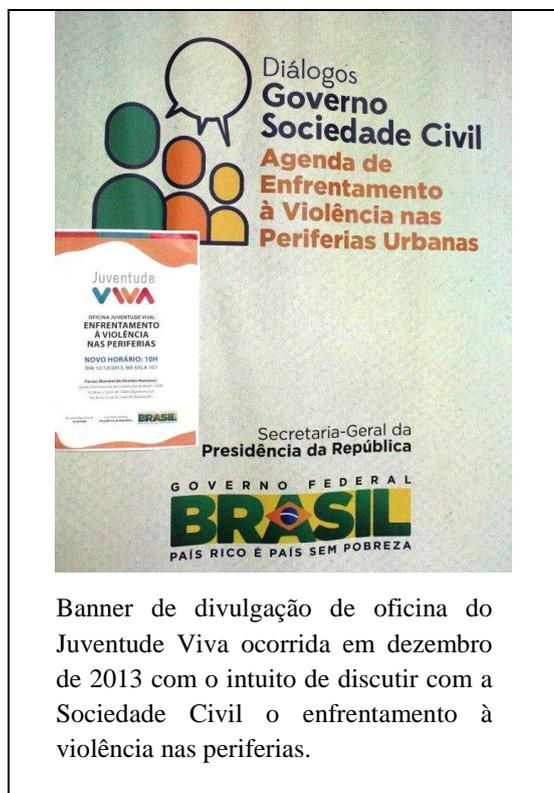
Nesse sentido, as demandas de descriminalização do consumo de drogas e sua regulamentação pelo Estado são apontadas por atores da Sociedade Civil como pautas importantes, uma vez que contribuiriam para a diminuição dos espaços de conflito e violência criados em torno da criminalização. Além disso, do ponto de vista do consumo e tratamento do uso abusivo de drogas, a política de redução de danos aparece como alternativa importante, uma vez que o/a usuário/a passa a ser encarado/a a partir de sua autonomia e de critérios mais factíveis para tratamento de saúde nos casos de dependência. A essas perspectivas associam-se às demandas por enfrentamento ao racismo institucional como medida fundamental para desatrelar a associação a priori da experiência da juventude negra às dinâmicas do tráfico e consumo de drogas por parte de operadores/as da Segurança Pública. Os dilemas colocados para os Sistemas de Justiça e Segurança se articulam fundamentalmente com o agravante de pressupostos que sustentaram os projetos colonial e escravocrata ao longo da história do país e impactam ainda hoje a estigmatização social da juventude negra brasileira.

“O Brasil tem uma dívida histórica com o povo negro, onde o racismo é o responsável por perpetuar todas as mazelas, e a juventude negra é a principal vítima. O Plano é uma esperança para essa juventude. Sabemos que não vamos resgatar as milhares de vidas que já se foram, mas temos o dever de tentar evitar que outras vidas se vão.”

Geovan Adorno – Articulador do Plano Juventude Viva – Bahia

### Como tem sido a relação com a Sociedade Civil Organizada?

O **Plano Juventude Viva** é fruto da atuação política da **Sociedade Civil** organizada e desde sua formulação a dimensão do controle social foi entendida como elemento central. Isso levou à criação ou fortalecimento em diferentes níveis de canais de participação como o Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos (FOMPI), a Rede Juventude Viva, os Núcleos de Articulação Territoriais (NATs), as reuniões bilaterais, as oficinas de grupos, as rodas de conversa, etc.



Banner de divulgação de oficina do Juventude Viva ocorrida em dezembro de 2013 com o intuito de discutir com a Sociedade Civil o enfrentamento à violência nas periferias.

Muitos dos avanços no desenvolvimento do **Plano Juventude Viva** discutidos nesta narrativa dependeram da articulação entre governo e **Sociedade Civil**. Os atores da **Sociedade Civil** que têm dialogado com o **Plano Juventude Viva** são tão plurais quanto suas posições sobre as possibilidades e alcances do Plano. Existe uma parcela significativa que expressa reconhecimento do **Juventude Viva** enquanto uma possibilidade concreta de implementação de demandas históricas. Mas também existem setores que entendem que o Plano ainda precisa de estrutura para incidir efetivamente no enfrentamento à violência letal de jovens negros, com mecanismos de intervenção nas políticas locais de segurança pública, no controle da violência policial, no sistema prisional e na qualificação dos mecanismos de denúncia.

Existe uma expectativa legítima da **Sociedade Civil** de que os resultados do enfrentamento à violência letal contra a juventude negra apareçam de forma rápida, e a máquina pública precisa ser

aperfeiçoada para responder com maior agilidade à urgência deste problema. Esse desafio não emerge apenas no âmbito de atuação do **Juventude Viva**, se conectando a diversas questões a serem enfrentadas por todo o Estado Brasileiro, em seus diferentes níveis de gestão. É importante destacar que o **Plano Juventude Viva** reconhece que incidir concretamente na redução das mortes violentas de jovens negros é uma tarefa central e urgente, mas não apenas sua. **A gravidade e o caráter histórico desse problema devem sempre provocar a busca por prioridade por parte dos governos e instituições na construção de soluções e no alcance de resultados cada vez mais tangíveis.**



Ação coletiva em território acompanhado pelo Plano Juventude Viva na Bahia.

Neste balanço sobre a primeira fase do **Plano Juventude Viva**, é importante destacar, ainda, **como a Articulação Nacional Juventude Viva – ANJV contribuiu para avanços na construção de estratégias de fortalecimento da participação e do controle social.** Esses avanços se concretizaram tanto na **possibilidade de apoio técnico e metodológico dos/as Articuladores/as**, importantes dinamizadores/as dessa participação, quanto no **suporte do grupo de especialistas em relação à Rede Juventude Viva.** A ANJV contribuiu para qualificar a análise do perfil dos/as participantes da **Rede Juventude Viva**, recadastrar quem havia perdido o vínculo e implementar iniciativas neste primeiro ciclo de gestão, como a criação de uma comunidade da Rede e de gestores locais no **Participatório**. Esse apoio ajudou a impulsionar essa estratégia de promoção da participação e deve ser aprimorado no próximo período de desenvolvimento do Plano.

O processo de sistematizar a experiência da primeira etapa de gestão do **Juventude Viva**, discutindo avanços e desafios estabelecidos no desenvolvimento do Plano remete também às suas perspectivas futuras de fortalecimento e continuidade, tema que será discutido na sessão a seguir.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O PLANO JUVENTUDE VIVA**

**O fortalecimento do Plano Juventude Viva deve passar pela inclusão de metas para a ação dos ministérios no próximo Plano Plurianual<sup>xv</sup>, de 2016 a 2019. A existência de metas relativas ao Juventude Viva mais evidentes nos orçamentos poderá ser uma estratégia para ampliar as possibilidades de acesso por parte dos ministérios a recursos suficientes para executar com prioridade as ações pactuadas, incluindo aquelas desenvolvidas especificamente nos territórios do Plano.** Isso poderá representar um salto qualitativo, pois a questão orçamentária tem forte papel indutor na política pública. Outro aspecto que pode contribuir para o fortalecimento do Plano diz respeito à possibilidade de o **Juventude Viva** no futuro dispor de estrutura e de recursos que possibilitem maior alcance das ações e execução de atividades específicas voltadas para os territórios, ampliando a capacidade de incidir nas agendas locais e de induzir a transversalidade da agenda.

Como perspectiva de continuidade espera-se também **ampliar e fortalecer os espaços de interlocução da Coordenação Nacional com secretarias que trabalham com questões convergentes com os objetivos do Plano nos estados e com gestores/as municipais**, visando contribuir estrategicamente para maior abrangência das ações do **Juventude Viva** nos territórios nos quais foi construída a adesão ao Plano durante este primeiro ciclo de gestão e para fomentar novas e efetivas adesões. Da mesma forma, **considerando o êxito e a centralidade assumida pelo trabalho da Articulação Nacional do Plano Juventude Viva na sensibilização de gestores/as e na articulação com a Sociedade Civil, para a continuidade e capilarização do Plano considera-se importante investir em meios que possibilitem a ampliação da atuação de Articuladores/as nos territórios.** Também será estratégico reforçar o processo em curso de investimento em **novas formas de fomento às ações da Rede Juventude Viva visando ampliar as possibilidades de apropriação por parte da Sociedade Civil dos seus espaços.** Assim, considera-se que será possível avançar no trabalho já iniciado, potencializando a incidência do **Juventude Viva** nos territórios no que se refere à promoção junto a atores locais da incorporação das perspectivas do Plano.

“A nossa expectativa é que a gente consiga dar um passo além. O Plano cumpriu um papel nessa primeira fase de maneira gradual, articulando, pautando os ministérios, sensibilizando as áreas, ampliando as ações de políticas públicas que chegam nesses bairros como uma resposta à violência, pautando todo o eixo de enfrentamento ao racismo institucional, mas agora nós achamos que ele precisa caminhar para ser um Programa Nacional que tenha um orçamento definido, ações que sejam prioritárias que cheguem da maneira facilitada aos municípios. A gente tem uma expectativa de que ele consiga ampliar mais as ações de fortalecimento da Sociedade Civil. Até a aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil<sup>xvi</sup> encontrávamos impedimentos para fazer qualquer processo de apoio às organizações. A gente está confiante agora que com o novo Marco a gente consiga resolver um pouco isso. A gente precisa potencializar mais a capacidade de ação dos movimentos, das organizações sociais nos territórios. No nível nacional a gente tem o FOMPI, que é um importante espaço, mas a gente acha que ainda tem que ser mais assimilado a nível local. (...) A gente espera efetivamente que com esse desafio de transformar o Plano em Programa, de ganhar capilaridade, capacidade de gestão e de se nacionalizar, também tenha um investimento maior na ação da SNJ e da SEPIR para que a gente consiga ter estrutura para expandir a política.”

Severine Macedo – Secretária Nacional de Juventude

**Faz parte da perspectiva de continuidade do Juventude Viva seguir investindo na sistematização de conhecimentos e metodologias de trabalho agregados ao longo do primeiro ciclo de gestão.** Nesse sentido será importante dar prosseguimento ao registro dos saberes desenvolvidos no trabalho da Articulação Nacional do Plano Juventude Viva nesta primeira etapa do Plano. Também caberá avançar na produção de conhecimentos aplicáveis a partir das informações, demandas e estratégias acessadas a respeito das especificidades da juventude de terreiro, de jovens negros/as LGBTQs, das mulheres negras jovens, da juventude quilombola, dentre outras questões que se destacaram no curso do desenvolvimento do **Juventude Viva**. Nesse sentido, **a ampliação das possibilidades de estabelecer parcerias com universidades também é vista como uma medida que poderá contribuir para o fortalecimento das ações iniciadas pelo Plano Juventude Viva nos campos da produção e sistematização de conhecimento e do apoio técnico.**

O fortalecimento e a continuidade do **Plano Juventude Viva** também dependem de que o enfrentamento ao racismo seja cada vez mais assumido com centralidade por todos os interlocutores que o Plano encontrou ao longo deste primeiro ciclo, em diversos níveis de gestão. **A compreensão da centralidade do racismo institucional como mantenedor de processos de desigualdade e vulnerabilidades de jovens negros é um elemento propulsor do crescimento do Plano em suas diferentes frentes de atuação.** O desenvolvimento do **Juventude Viva** esbarra nas resistências à

promoção da igualdade racial no Brasil. Vários desafios vividos nesta primeira fase de implementação do Plano provavelmente estiveram presentes nos processos de construção de outras agendas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial, como, por exemplo, as ações afirmativas. Visando enfrentar os desafios à promoção da igualdade racial no Brasil, o **Plano Juventude Viva** vem se articulando estrategicamente a essas agendas e reforçando que **falar da vida e da morte da juventude negra é uma pauta extremamente estratégica para se lograr a superação de desigualdades raciais visando o desenvolvimento do país.**

“A mortalidade de jovens negros no Brasil atingiu níveis epidêmicos. Estamos vivendo uma catástrofe que demanda prioridade absoluta e providências urgentes. Há muitas vidas em jogo e justamente por isso, não podemos tratar o genocídio da juventude negra como tratamos outras coisas. Precisamos elevar o nível de prioridade e urgência e criar caminhos institucionais específicos, tal qual ocorre frente a outros desastres e calamidades.”

Larissa Borges – Coordenadora da Articulação Nacional Juventude Viva

**Um desafio que se mostra fundamental é a necessidade de focar o problema das mortes da juventude negra como caminho para se movimentar no país um grande compromisso com sua vida, que possa aumentar o envolvimento dos diferentes poderes e, inclusive dos meios de comunicação, e se transformar em uma grande mobilização nacional pelo fim da violência e do racismo.** Nesse sentido **uma tarefa do Juventude Viva que demandará cada vez mais esforços é comunicar de forma criativa o que acontece no âmbito do Plano.** É preciso abordar o problema da violência letal contra a juventude negra de forma cada vez mais direta, sensibilizadora e ampliada.

Outro aspecto importante para se fortalecer o enfrentamento ao racismo institucional em diferentes esferas e, conseqüentemente, a incorporação do **Plano Juventude Viva**, é **ampliar a articulação com as políticas na área da Segurança Pública.** Nesse sentido, tem se pensado em estratégias de articulação interinstitucional que possibilitem construir processos mais conciliados, observadas as competências e responsabilidades de cada ente federado em relação ao tema. É fundamental incidir, em última instância, na **revisão dos paradigmas de segurança pública em diálogo** com o Ministério da Justiça e com as Secretarias de Segurança Pública estaduais. **É necessário, por exemplo, investir mais em modelos de segurança comunitária e cidadã e na revisão de concepções, como a de “guerra às drogas”.**

“Recomendo maior investimento no diálogo com os gestores de segurança e justiça. Não se combate a violência letal contra a juventude negra sem o apoio e comprometimento destes setores. (...) Estes setores devem trabalhar fortemente o combate ao racismo institucional. (...) Sei das dificuldades, me alegro pelo esforço e por esta primeira fase, que objetiva a garantia dos direitos já adquiridos destas juventudes e que sabemos que só em ter acesso, garantia e conhecimento dos seus direitos, já se cria um círculo de proteção. Para mim que luto todos os dias na base para manter a vida física e mental minha e do nosso povo preto, foi um prazer poder fazer a minha parte de forma mais profunda, atuar de dentro para fora e auxiliar os gestores na manutenção, garantia e acesso aos direitos para as juventudes negras. Foi importante para mim, enquanto pessoa e ativista. Acredito no Plano Juventude Viva e desejo o seu fortalecimento e continuidade para que em breve a sua existência não faça mais sentido.”

Janaína de Oliveira – Articuladora do Plano Juventude Viva – Rio de Janeiro

“Há uma expectativa de que o Governo Federal chame os estados para fazer um grande pacto em defesa da vida da juventude e que o Plano se transforme em um Programa Nacional com mecanismos para expandir as ações e atuar no campo da disputa de valores para enfrentamento ao racismo, ao machismo e ao preconceito geracional. A juventude já é vista como suspeita. Quando ela é negra e pobre ela é três vezes suspeita e tem maior possibilidade de ser vitimizada. E aí tem outro desafio que é muito grande: com um congresso mais conservador é um desafio a aprovação do PL 4471. Já foi difícil no ano passado. Agora vai depender de grande mobilização da Sociedade Civil. Então nós precisaremos de fato estar mais organizados do que nunca porque o PL é o primeiro passo, no nosso entendimento, para rediscutir essa questão do papel da segurança pública, para ampliar a humanização das polícias e discutir um modelo de segurança que seja mais adequado.”

Severine Macedo – Secretária Nacional de Juventude

Para o **Plano Juventude Viva** uma das medidas imprescindíveis à superação dos grandes desafios impostos ao enfrentamento à violência letal que acomete jovens negros é a efetiva implementação do **Protocolo de Intenções para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência**, em particular no que diz respeito ao enfrentamento à violência policial. **A ocorrência da violência policial, além de em si representar uma grave violação de direitos e ameaça à vida, legitima uma série de outras violências cometidas por outros atores sociais em relação a jovens negros/as.** Ainda que se saiba que as causas dos homicídios contra jovens negros são várias, enfrentar a violência policial especificamente tem também um valor simbólico importante de desautorizar uma cultura de violência presente na sociedade e em suas instituições. O Estado não pode ter autorização para matar. Para isso é fundamental **que o Sistema de Justiça invista em medidas como a execução das atividades de**

**controle externo da polícia por parte do Ministério Público, o fortalecimento das Defensorias Públicas e a criação de ouvidorias independentes** que sejam efetivamente acessíveis à população.

**A incidência junto aos Sistemas Prisional e Socioeducativo também é uma perspectiva a ser priorizada** para o fortalecimento do **Juventude Viva**, visando o alcance dos objetivos de construção de trajetórias afirmativas e enfrentamento ao racismo institucional no campo da segurança pública.

“A pergunta que a gente tem que fazer é se de fato as prisões são para ressocializar ou são para conter um grande contingente de jovens negros que “transgridem” [gesto de aspas] a lei. (...) Até que ponto essas prisões, para além de conter, não tem como propósito gerar lucro para alguns grupos e perpetuar esse estado de coisas que está colocado? Então, esse debate do encarceramento tem que ser feito de uma forma bastante aprofundada e nós Movimento Negro, nós juventude negra, não podemos nos furtar de fazer essa discussão e denunciar o cunho racista também desse encarceramento.”

Luiz Inácio Rocha – Articulador do Plano Juventude Viva – Espírito Santo

(Fala realizada enquanto membro da Sociedade Civil durante o evento Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil, realizado em novembro de 2012 pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, antes de Luiz passar a integrar a equipe do Plano Juventude Viva).

**É necessário também enfrentar o problema das violências e violações de direitos sofridas por acautelados/as e detentos/as provisórios do Brasil**, o que depende de se repensar os fundamentos e o funcionamento da detenção e do acautelamento provisórios. Para isso será importante **fortalecer a agenda de trabalho com atores do Sistema de Justiça e Segurança Pública para estimular o desenho e a operacionalização de formas de enfrentamento à superpopulação carcerária e das medidas socioeducativas de internação**, com foco especial na qualificação dos julgamentos com vistas à redução do número de detentos/as e acautelados/as provisórios/as. Não é raro que situações de encarceramento de detentos/as e acautelados/as provisórios/as estejam associadas ao acesso desigual à justiça – quando são presos/as injustamente ou quando já cumpriram a pena e seguem privados/as de liberdade. Esse tipo de violação contribui para a propagação de situações de violência dentro dos Sistemas Prisional e Socioeducativo. Outra manifestação da violência no âmbito desses Sistemas a ser enfrentada é a prática de tortura, que precisa ser amplamente investigada e combatida. Uma aproximação do Plano com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura poderá ser estratégica.

Um fator determinante para o progresso do Plano Juventude Viva nas esferas de atuação dos Sistemas de Justiça e de Segurança Pública diz respeito à necessidade de medidas que incidam no alto índice de não elucidação das causas de homicídios no Brasil. A construção no âmbito do Sistema de Justiça de um pacto nacional para a redução dos homicídios e para a efetiva investigação de suas causas se mostra fundamental, devendo envolver os diferentes poderes e níveis de governança.



"O racismo constrói a morte contra jovens negros no Brasil."

Felipe Freitas – Coordenador do Plano Juventude Viva pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Fala realizada durante o evento Juventude Negra Brasileira: Homicídio e Encarceramento, do Ministério da Justiça).

Além disso, como perspectiva de continuidade do Plano, está também a necessidade de se discutir com os Sistemas de Justiça e de Segurança Pública o desenho de novas ações e iniciativas que ainda não existem, pois **pensar além do previamente estabelecido é fundamental para se avançar na garantia de direitos humanos e no enfrentamento à violência letal de jovens negros**. Para tanto é fundamental **envolver mais aliados de modo que a agenda do Juventude Viva cresça à altura da gravidade do problema que a mobiliza**.

O fortalecimento do **Plano Juventude Viva** nos territórios também depende de se qualificar a atenção psicossocial a jovens negros vítimas de violência e a suas famílias. A exemplo da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher **é fundamental dar celeridade à construção de uma Rede de Proteção e Atendimento a Jovens Vítimas de Violência e de Discriminação Racial que envolva diferentes instituições da Rede de Proteção Social e dos Sistemas de Segurança e de Justiça**. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, por exemplo, tem se

**dedicado à identificação e fomento dessa Rede, vinculada a um serviço de atendimento telefônico gratuito chamado de Disque Igualdade Racial, em fase de licitação até o final de 2014.**

A legitimação pública das perspectivas de fortalecimento e continuidade acima citadas depende do investimento paralelo na desconstrução de leituras históricas estigmatizadoras da população negra no Brasil. Para tanto será importante que o Governo Federal continue a priorizar a construção de **uma campanha nacional destinada a visibilizar e reconhecer positivamente experiências, saberes e direitos da população negra brasileira, com especial atenção para a importância social da juventude negra.** A isso se relaciona também a **necessidade de se desenvolver ações contundentes de questionamento de programas televisivos que reproduzem a cultura de violência e banalizam e estimulam as violações de direitos de jovens negros,** desafio que desde a constituição do **Plano Juventude Viva** vem se tentando enfrentar. Se o Brasil não conseguir reverter os estereótipos que sustentam práticas discriminatórias em relação à juventude negra, reforçadas por diversos programas de televisão e rádio, não será possível superar as violências que sobre ela incidem.

“O jovem negro, até ele vir a ser vítima da violência letal, até ele morrer, ele já morreu muitas vezes. Até ele morrer ele já morreu quando ele sempre tem um acesso diferenciado, discriminatório aos espaços. Independente da condição de escolarização, de renda, ele está sempre sendo morto pelo processo do racismo, ao ser diminuído ou invisibilizado.”

Artur Sinimbu – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental  
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Por isso o **Plano Juventude Viva** busca incessantemente investir no compromisso político, que reconhece uma dívida histórica com a nossa juventude negra, como pano de fundo para o alcance de seus objetivos. É possível dizer de forma sintética que neste primeiro ciclo de gestão o Plano se configurou como um grande esforço de sensibilização e articulação de atores institucionais e não institucionais em torno dos direitos humanos da juventude negra. Esse empenho significou explicitar que cada morte de jovem negro coloca em cheque o valor que é atribuído à vida da juventude e do povo negro no país e compromete a nossa democracia. Esse empenho tem significado um avanço no reconhecimento da juventude negra brasileira como sujeito de direitos e de seu papel importante para o desenvolvimento do país.

## Importantes alicerces foram criados

Os desafios a serem enfrentados na continuidade do **Plano Juventude Viva** são diversos, mas, conforme observado, o **Plano Juventude Viva** pôde em sua primeira fase celebrar conquistas relacionadas à **construção das bases para a viabilização de um grande Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Letal contra Jovens Negros**:

- **Foi criada uma agenda federal**, destinada a iniciar o pagamento de uma dívida histórica do Estado com a população negra brasileira, a respeito da violência letal contra a sua juventude, tema que antes não era sequer reconhecido nas esferas de gestão pública.
- Foi possível **sensibilizar de forma inédita a gestão pública** para trabalhar de maneira colaborativa, intersetorial e articulando diferentes entes federados na construção de estratégias de prevenção a esse problema.
- Foi desenvolvida uma metodologia destinada a **promover a capilarização em territórios vulneráveis de ações de diferentes setores voltadas à prevenção à violência letal de jovens negros**.
- **Apostou-se no enfrentamento ao racismo institucional como elemento central** para se garantir os direitos humanos de jovens negros e o investimento em suas vidas.
- O **Protocolo firmado com o Sistema de Justiça e toda mobilização em torno do Projeto de Lei 4471/2012** representaram também um avanço nos processos de **corresponsabilização de atores centrais no legislativo e no judiciário** para o enfrentamento à violência letal contra jovens negros.
- O **fortalecimento do diálogo com o Sistema ONU** e as construções a respeito do enfrentamento à violência letal contra a juventude negra no âmbito do grupo de interlocução e interação das agências das Nações Unidas no Brasil frente aos direitos da juventude **foram um importante passo na articulação com organismos de cooperação internacional em torno do tema**.
- É possível, inclusive, observar um **pequeno ou inicial deslocamento nos discursos de meios de comunicação em relação ao problema das mortes violentas de jovens negros**, resultado de informações qualificadas produzidas com esforços do Plano Juventude Viva e das pressões públicas incessantes da **Sociedade Civil** às quais fizeram coro atores governamentais articulados ao **Plano Juventude Viva** e sensibilizados para a questão.

Esses avanços do primeiro ciclo de gestão estão ligados ao fato de **o Plano ter sido construído e desenvolvido a partir da perspectiva de trabalho conjunto e coordenado**. E é respeitando esta concepção de trabalho que se pretende seguir delineando estratégias para superação de entraves e construindo as perspectivas futuras do **Plano Juventude Viva**.

As construções dos primeiros anos do **Plano Juventude Viva** representam o passo inicial no delineamento de uma política intersetorial com grande potencial de incidência para a revisão de paradigmas que ameaçam os direitos humanos da juventude brasileira, especialmente a negra, e sustentam desigualdades no Brasil. Para a continuidade desse percurso, segue colocado o desafio de se **contemplar a complexidade e urgência do enfrentamento a violência letal contra jovens negros, valorizando-se seus desejos, saberes, criações e movimentos que projetam a juventude negra para a vida**.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Paixão, Marcelo; Rosseto, Fabiana M.; Carvano, Luiz M. (2010). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil*.

Secretaria Nacional de Juventude. (2013). *O Plano Juventude Viva em seu município*. Brasília.

Secretaria Nacional de Juventude. (2014). *Guia de implementação e monitoramento de políticas de redução da vulnerabilidade e prevenção da violência contra jovens negros em municípios*. Brasília.

Secretaria Nacional de Juventude. (2014). *Relatório de Avaliação sobre as Capacitações dos Gestores Locais para Apresentação da Dinâmica de Monitoramento*. Brasília.

Waiselfisz, Julio Jacobo. (2013). *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos – CEBELA, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO; Brasília: Secretaria Nacional de Juventude / Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

<sup>i</sup> O Plano Juventude Viva considera como a violência contra a juventude negra toda ação ou omissão, premeditada ou não, capaz de gerar lesão física ou sofrimento psíquico, pontual ou sistêmico, que em curto, médio ou longo prazo possam, separada ou articuladamente, impactar ou interromper a trajetória de vida dos/as jovens negros/as. Quando essa violência retira a vida do/a jovem negro/a, fala-se em violência letal.

<sup>ii</sup> O Movimento Negro Brasileiro nomeia como genocídio a violência letal incidente sobre a juventude negra como forma de denunciar que esse tipo de violência é manifestação do racismo que estrutura o sistema de desigualdades e opressão na sociedade brasileira e tem como finalidade a eliminação física e simbólica da população negra. Identifica a existência de interesse coletivo em torno do projeto de extermínio em jogo. Nesse sentido, falar de genocídio é diferente de se abordar de forma isolada a ocorrência de homicídios ou mesmo de se tratar de maneira genérica a mortalidade como número de óbitos dentro de uma determinada população, sem classificar as condições de ocorrência, as causas e/ou as finalidades das mortes. Quando o Movimento Negro nomeia as mortes violentas de jovens negros como expressões do genocídio, explicita que vítima e autores representam uma coletividade. Por isso, ao articular as mortes violentas de jovens negros ao fenômeno do genocídio, o Movimento Negro se posiciona politicamente situando a sociedade, suas instituições e o Estado brasileiro como sujeitos ativos (pela ação direta ou pela omissão de seus representantes) no processo de destruição de uma coletividade negra.

<sup>iii</sup> Vulnerabilidade pode ser entendida como a situação de privação ou acesso desigual a recursos, direitos, oportunidades e serviços econômicos, sociais e culturais que se manifesta, por exemplo, em condições de moradia, trabalho, mobilidade e educação inexistentes ou precárias. A vulnerabilidade social resultada de processos de discriminação e exclusão de sujeitos e grupos e os torna mais expostos a riscos e suscetíveis a violações diversas, incluindo a violência.

<sup>iv</sup> Adultocentrismo é um processo social de inferiorização moral, intelectual e psicológica de crianças e jovens a partir de uma hierarquização geracional que mantém adultos em situação de privilégio. O adultocentrismo permeia visões de mundo e interfere em dinâmicas institucionais e no acesso a direitos, de modo a sustentar as desigualdades geracionais, o não reconhecimento e a não cidadania de crianças e jovens.

<sup>v</sup> Homofobia é o preconceito em relação a homossexuais manifestado através do ódio, da aversão e da violência. A lesbofobia é a manifestação desse preconceito direcionada especificamente às lésbicas, e a transfobia é quando essa forma de preconceito se manifesta em relação a travestis, transexuais, transgêneros.

<sup>vi</sup> Inicialmente foram identificados com os dados de 2010 do Sistema de Informação sobre Mortalidade –SIM do Ministério da Saúde 132 municípios responsáveis por 70% dos homicídios do país. Em 2013, a lista de municípios prioritários foi atualizada com os dados de 2011 do mesmo Sistema, ocasião na qual foram incluídos 10 novos municípios. A lista com os nomes dos 142 municípios está disponível no anexo deste documento.

<sup>vii</sup> A Lei 12.681/2012 instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas que começou a ser implantado pelo Governo Federal em julho de 2012. O sistema tem como objetivo reunir, em parceria com os entes federados, informações e dados atualizados de segurança pública, padronizando o registro de ocorrências no país. O sistema dará subsídios para a elaboração de diagnósticos, pesquisas e avaliações nos campos da segurança pública e da justiça criminal.

<sup>viii</sup> Os mapas que apresentam dados sobre óbitos de jovens por setor censitário podem ser acessados através do seguinte link: <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/mapas.vm?type=setor&cod=5300108>.

<sup>ix</sup> As demais fontes de informação sobre os territórios utilizadas, além dos mapas, foram: 1) Banco de informações sobre os bairros levantadas nos territórios pela equipe do Juventude Viva enquanto os mapas estavam em processo de elaboração. 2) Boletins com informações sobre vulnerabilidades que afetam a juventude negra elaborados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disponíveis em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. 3) Painéis de Monitoramento que contém informações sobre número de homicídios de jovens (com recorte racial), vulnerabilidades, acesso à educação e acesso a trabalho e renda, disponíveis em <http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>.

<sup>x</sup> Depoimento disponível no Relatório de Avaliação sobre as Capacitações dos Gestores Locais para Apresentação da Dinâmica de Monitoramento – Plano Juventude Viva (Secretaria Nacional de Juventude, 2014)

<sup>xi</sup> Medida administrativa da segurança pública criada durante a Ditadura Militar que tem servido para legitimar mortes decorrentes da atuação policial por não tornar obrigatória a investigação das mortes efetuadas por forças policiais e caracterizadas como decorrente de resistência à ação policial. Essa medida também não determina que o agente autor do disparo providencie assistência médica imediata para a vítima, o que muitas vezes impede que a perícia investigue se houve resistência de fato ou se houve abuso por parte do policial.

<sup>xii</sup> O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS destina-se a promover condições para o acesso dos usuários/as do Sistema Único de Assistência Social ao mercado de trabalho.

<sup>xiii</sup> Programa da Secretaria Nacional de Juventude destinado a promover a inclusão e emancipação de jovens, através da ampliação do acesso às políticas e serviços públicos.

<sup>xiv</sup> Reivindicações e denúncias realizadas através do Twitter e em redes sociais análogas, destinadas a atingir um grande número de pessoas em curto período de tempo.

<sup>xv</sup> O Plano Plurianual estabelece os objetivos e metas prioritários das políticas públicas a serem cumpridos em médio prazo pelos governos municipais, estaduais e federal.

<sup>xvi</sup> O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei 13.019/2014, destina-se a estabelecer normas precisas e um instrumento jurídico próprio, em substituição aos convênios, que orientem e aprimorem o estabelecimento de relações de parceria entre Estado e Organizações da Sociedade Civil – OSC para o desenvolvimento de ações e projetos de interesse público. Ao criar um mecanismo jurídico próprio, a Lei 13.019/2014 visa melhor abarcar as especificidades das OSCs e evitar situações de insegurança jurídica e institucional. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil baseia-se, dessa forma, nos seguintes pressupostos: Valorização e fortalecimento das organizações; transparência e controle sobre os recursos públicos; efetividade na realização dos projetos em parceria.

## ANEXO I

### Lista dos 142 Municípios Prioritários para o Plano Juventude Viva

Estado	Nome do Município
AC	Rio Branco
AL	Arapiraca
AL	Maceió
AL	Marechal Deodoro
AL	Rio Largo
AL	São Miguel dos Campos
AL	União dos Palmares
AM	Manaus
AP	Macapá
BA	Alagoinhas
BA	Camaçari
BA	Candeias
BA	Dias d'Ávila
BA	Eunápolis
BA	Feira de Santana
BA	Ilhéus
BA	Itabuna
BA	Jequié
BA	Juazeiro
BA	Lauro de Freitas

BA	Mata de São João
BA	Paulo Afonso
BA	Porto Seguro
BA	Salvador
BA	Santo Antônio de Jesus
BA	Simões Filho
BA	Teixeira de Freitas
BA	Valença
BA	Vitória da Conquista
CE	Caucaia
CE	Crato
CE	Fortaleza
CE	Juazeiro do Norte
CE	Maracanaú
CE	Sobral
DF	Brasília
ES	Cariacica
ES	Guarapari
ES	Linhares
ES	São Mateus
ES	Serra
ES	Vila Velha
ES	Vitória
GO	Águas Lindas de Goiás (RIDE)
GO	Anápolis

GO	Aparecida de Goiânia
GO	Formosa (RIDE)
GO	Goiânia
GO	Luziânia (RIDE)
GO	Novo Gama (RIDE)
GO	Rio Verde
GO	Santo Antônio do Descoberto (RIDE)
GO	Valparaíso de Goiás (RIDE)
MA	Açailândia
MA	Caxias
MA	Imperatriz
MA	São Luís
MG	Belo Horizonte
MG	Betim
MG	Contagem
MG	Governador Valadares
MG	Ibirité
MG	Juiz de Fora
MG	Montes Claros
MG	Ribeirão das Neves
MG	Santa Luzia
MG	Sete Lagoas
MG	Uberlândia
MG	Vespasiano

MS	Campo Grande
MS	Dourados
MT	Cuiabá
MT	Rondonópolis
MT	Várzea Grande
PA	Altamira
PA	Ananindeua
PA	Barcarena
PA	Belém
PA	Castanhal
PA	Marabá
PA	Marituba
PA	Paragominas
PA	Parauapebas
PA	Redenção
PA	Tailândia
PA	Tucuruí
PB	Bayeux
PB	Cabedelo
PB	Campina Grande
PB	João Pessoa
PB	Patos
PB	Santa Rita
PE	Abreu e Lima
PE	Cabo de Santo Agostinho

PE	Camaragibe
PE	Caruaru
PE	Garanhuns
PE	Goiana
PE	Igarassu
PE	Jaboatão dos Guararapes
PE	Olinda
PE	Paulista
PE	Petrolina
PE	Recife
PE	Santa Cruz do Capibaribe
PE	Vitória de Santo Antão
PI	Teresina
PR	Curitiba
PR	Foz do Iguaçu
PR	Londrina
RJ	Angra dos Reis
RJ	Cabo Frio
RJ	Campos dos Goytacazes
RJ	Duque de Caxias
RJ	Itaboraí
RJ	Macaé
RJ	Magé
RJ	Niterói
RJ	Nova Iguaçu

RJ	Rio de Janeiro
RJ	São Gonçalo
RJ	São João de Meriti
RJ	Volta Redonda
RN	Parnamirim
RN	Mossoró
RN	Natal
RN	São Gonçalo do Amarante
RO	Porto Velho
RR	Boa Vista
RS	Porto Alegre
SC	Florianópolis
SE	Aracaju
SE	Itabaiana
SE	Nossa Senhora do Socorro
SP	Campinas
SP	Diadema
SP	Guarujá
SP	Guarulhos
SP	Osasco
SP	São Paulo
TO	Araguaína
TO	Palmas

